



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 12

I Sessão Legislativa

Horta, Quarta-Feira, 18 de Fevereiro de 2009

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila e Cláudio Lopes*

Sumário

(Eram 15 horas e 10 minutos)

Período de Informação Parlamentar

Foi lida a correspondência entrada na mesa.

Período de Tratamento de Assuntos Políticos

O Sr. Deputado Artur Lima (*CDS/PP*) fez uma Declaração Política, na sequência da qual usaram da palavra o Sr. Deputado António Marinho (*PSD*) e o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*).

No período destinado a Tratamento de Assuntos de Interesse Relevante para a Região, apresentaram intervenções os Srs. Deputados Francisco César (*PS*), Luís Garcia (*PSD*) e Bárbara Chaves (*PS*), relativamente às quais usaram da palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Berto Messias (*PS*), Helder Silva (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Jaime Jorge (*PSD*), Duarte Moreira (*PS*), Luís Paulo Alves (*PS*),

António Ventura (*PSD*) e o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*).

Por fim, entrou-se na Agenda da Reunião.

Agenda da Reunião

1. Continuação da Apreciação da Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Altera o Estatuto da Carreira Docente na Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 21/2007/A, de 30 de Agosto”;

Procedeu-se à votação do Requerimento apresentado pelo Bloco de Esquerda, a solicitar a baixa do diploma em discussão à Comissão de Assuntos Sociais, requerimento que foi rejeitado por maioria.

No debate da Proposta, usaram da palavra os Srs. Deputados Jorge Costa Pereira (*PSD*), Cláudia Cardoso (*PS*), Artur Lima (*CDS/PP*), Paulo Rosa (*CDS/PP*), Catarina Furtado (*PS*), Rui Ramos (*PSD*), Graça Teixeira (*PS*), Aníbal Pires (*BE*), José Manuel Bolieiro (*PSD*) e a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação (*Lina Mendes*).

A Proposta foi aprovada na generalidade por maioria, tendo-se dado início à votação na especialidade.

(Os trabalhos terminaram às 20 horas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, muito boa tarde, agradece que ocupassem os vossos lugares para podermos proceder à chamada.

O Sr. Secretário vai proceder à chamada dos Srs. Deputados.

(Eram 15 horas e 10 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alexandre Rui Carvalho Pascoal Albuquerque Silva

Alzira Maria de Serpa e Silva

António Gonçalves Toste **Parreira**
Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**
Berto José Branco **Messias**
Carlos Alberto Medeiros **Mendonça**
Catarina Paula Moniz **Furtado**
Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa
Domingos Manuel Cristiano Oliveira **Cunha**
Duarte Manuel Braga **Moreira**
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
Helder Guerreiro Marques da **Silva**
Hernâni Hélio **Jorge**
Isabel Maria Duarte de Almeida **Rodrigues**
José Manuel Gregório de **Ávila**
José Gaspar Rosa de **Lima**
José de Sousa **Rego**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
Lizuarte Manuel **Machado**
Manuel Avelar Cunha Santos
Manuel **Herberto** Santos da **Rosa**
Manuel Soares da **Silveira**
Maria da **Graça** Lopes **Teixeira**
Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano
Nélia Maria Pacheco **Amaral**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)
Aida Maria Melo Amaral Reis dos **Santos**
António Maria Silva **Gonçalves**
António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Pedro Rebelo Costa

António Lima Cardoso Ventura

Carla Patricia Carvalho Bretão Martins

Cláudio José Gomes Lopes

Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses

Jaime António Silveira Jorge

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alberto da Costa Pereira

José Manuel Cabral Dias Bolieiro

Luís Carlos Correia Garcia

Pedro António de Bettencourt Gomes

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas Moreira

Artur Manuel Leal de Lima

Luís Virgílio de Sousa da Silveira

Paulo Jorge Santiago Gomes da Rosa

Pedro Miguel Medina Rodrigo Raposo

Bloco de Esquerda (BE)

José Manuel Veiga Ribeiro Cascalho

Zuraida Maria de Almeida Soares

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM):

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Estão presentes 52 Sras. e Srs. Deputados, temos quórum.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos proceder agora à leitura da correspondência.

Secretário (*José Ávila*): Da Presidência do Conselho de Ministros, Projecto de Decreto-Lei que “Regulamenta a protecção na parentalidade, no âmbito da eventualidade maternidade, paternidade e adopção, dos trabalhadores que exercem funções públicas integrados no regime de protecção social convergente – MFAP – (Reg. DL 64/2009)”.

Baixou à Comissão dos Assuntos Sociais.

Secretário (*Cláudio Lopes*): Da Assembleia da República, Projecto de Lei n.º 657/X que “Reforça a protecção das mulheres vítimas de violência”.

Baixou à Comissão dos Assuntos Sociais.

Presidente: Não havendo mais correspondência, também não deu entrada na Mesa qualquer Voto, pelo que passo então ao período de tratamento de assuntos políticos e, para uma Declaração Política, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

O Programa do X Governo Regional dos Açores, aprovado recentemente, nesta Câmara refere que, e cito: “*A actividade agrícola na Região constitui um factor determinante para o rendimento da população e para a economia açoriana*”.

De facto, a Agricultura tem um papel fundamental na base económica regional, no rendimento de muitas famílias açorianas, se bem que tem passado, ao contrário do que se diz, por tempos muito difíceis.

Hoje temos nos Açores agricultores que assistem, sem poder de compra, ao disparar dos preços dos factores de produção; que sentem na pele a agressão provocada pela indústria que reduz violentamente o preço pago pela matéria-prima, quer na fileira do leite, quer na fileira da carne, sem fazer repercutir este abaixamento no consumidor final; não se vislumbra, por mais que as intenções sejam plasmadas em documentos oficiais, uma aposta clara, concreta e prática nos sectores da diversificação; para além de que se entra num período de acentuada dificuldade quando o próprio Estado abusa em não pagar o que deve, nomeadamente os apoios comunitários relativos às

Indemnizações Compensatórias, Medidas Agro-Ambientais e Agro-Rurais, Rede Natura 2000, reformas antecipadas, entre outros.

Exemplo paradigmático e escandaloso disso prende-se com os atrasos protelados por um dos institutos SIMPLEX em Portugal, ou seja, o IFAP.

Só a título de ilustração, com o novo Quadro de Referência Estratégica para os Açores em vigor há dois anos, ainda não houve aprovação de qualquer projecto candidatado pelos Açores, apesar das cerca de duzentas candidaturas – ouviram bem, duzentas candidaturas – açorianas entregues no novo Secretariado Técnico, que aguardam pela resolução de problemas no “modelo de análise”.

O CDS-PP, em face dos vergonhosos atrasos protelados pelo IFAP defendeu, em devido tempo, a regionalização dos serviços do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas.

O Governo dos Açores avançou para a celebração de um Protocolo onde ficou instituído que a gestão do programa PRORURAL passa a ser executada regionalmente.

A teoria subjacente a este protocolo – serem os Açores a gerir o que é destinado aos Açorianos – é louvável. No entanto, a concretização prática do Protocolo, para além de servir de pouco, despreza claramente – e eu sublinho, despreza – os especializados e experientes quadros técnicos do IFAP nos Açores.

Primeiro, o Protocolo serve de pouco porque, apesar de várias declarações públicas de altos responsáveis governamentais, não vão ser os serviços criados na Região que vão proceder aos pagamentos das ajudas comunitárias aos lavradores açorianos;

Em segundo lugar, porque não foram, com a assinatura do dito Protocolo, de forma minimamente aceitável, acautelados os postos de trabalho dos até aqui funcionários do IFAP nos Açores.

Sr. Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados:

O Governo dos Açores, ao protocolar com o IFAP a gestão do PRORURAL, instituiu a criação de um *Secretariado Técnico* na dependência directa da Direcção Regional dos Assuntos Comunitários para a Agricultura.

O IFAP fecha as portas nos Açores e envia cartas de despedimento aos seus funcionários, colocando-os perante dois cenários: ou vão trabalhar para o IFAP em

Lisboa, deixando toda a sua vida para trás nos Açores, ou aceitam uma proposta feita pelo Governo Regional.

Isto porque, em Setembro último, pela Resolução do Conselho do Governo Regional n.º 132/2008, propõe-se, e cito: “*estabelecer que os elementos do Secretariado Técnico sejam recrutados com recurso à requisição de pessoal pertencente aos quadros do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas ou ainda mediante a celebração de contrato individual de trabalho a termo resolutivo, cessando, neste caso, o contrato com o encerramento do PRORURAL*”.

Ou seja, os experientes funcionários do quadro de pessoal do IFAP na Região, com 10 a 20 anos de serviço, estão perante um final antecipado de carreira.

Sendo requisitados, quando terminar o PRORURAL, em 2013, regressam para um posto de trabalho entretanto extinto, ou seja, vão para o desemprego; caso optem pelo contrato individual de trabalho a termo resolutivo, para além de lhes ser proposta uma posição na carreira inferior à actual, têm a agravante de irem para o desemprego no fim do período de vigência do PRORURAL.

Estamos perante um tratamento desumano, absolutamente desumano, para com estes funcionários!

O CDS-PP fez o que lhe competia: denunciou publicamente esta insensibilidade demonstrada pelo Governo Regional de cor socialista, como todos nós sabemos.

Veio o Executivo a terreiro e negou categoricamente. Aliás, assumiu que nunca o Governo Regional, e cito, “*deixou de ter atenção e sensibilidade para a situação dos referidos quadros*” e que “*a seu tempo*” irá resolver o problema.

A pergunta é: mas vai resolver quando?

Esperar para 2013 para propor um novo contrato de trabalho aos funcionários do IFAP nos Açores?

Permitir que, perante as soluções até aqui sugeridas, estes funcionários, para manterem o seu emprego, tenham de perder regalias, nomeadamente ingressar numa posição na carreira inferior à actual?

É este Governo Regional que anda aflito a anunciar medidas anti-desemprego?

É este Governo Regional que enche a boca para falar em qualificação profissional dos açorianos?

É este Governo Regional que anuncia vezes sem conta políticas e incentivos à fixação de gente nas nossas ilhas?

É este Governo, Sras. e Srs. Deputados?

A situação de indefinição do futuro laboral destes funcionários dura há demasiado tempo para se vir agora atirar areia para os olhos das pessoas e fazer delongar no tempo algo que pode e deve ser resolvido para ontem!

A única eventual solução proposta pela tutela passava pela aceitação das condições constantes da Resolução 132/2008, que já aqui referi, na perspectiva de se, a tempo, fossem abertas vagas para os quadros da Administração Pública, os funcionários poderiam concorrer tendo a premissa de que os seleccionados ingressariam na função pública regional para a base da carreira.

Ora, todo este caso denota ainda maior insensibilidade governativa, quando se constata que tem o Governo dos Açores ao seu alcance, e já os utilizou nos últimos meses, mecanismos que solucionaram problemas laborais de pessoas ao serviço da Administração Pública Regional em condições precárias.

No entanto, o que não é aceitável é esta postura de indefinição do Governo.

O que não é aceitável é a situação de angústia em que se encontram os funcionários e suas famílias, sem saber se o trabalho que tem hoje se vai manter amanhã.

O que não é aceitável é o Governo não esclarecer, de uma vez por todas, o que vai acontecer a estes funcionários.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Um Protocolo que até tinha na sua génese uma boa intenção está-se transformando numa despropositada e lúgubre odisseia para estes funcionários.

O CDS-PP espera o imediato esclarecimento destas questões e, conseqüentemente, a resolução deste problema, de forma equitativa e sobretudo humanamente justa.

(Aplausos das bancadas do PSD, do CDS/PP e do PPM)

Presidente: Estão abertas as inscrições. Para já, está inscrito o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas, tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O assunto que o Sr. Deputado Artur Lima hoje trouxe aqui a esta casa é um assunto de natural importância e que tem toda a explicação imediata.

O Sr. Deputado Artur Lima incorreu, no entanto, em várias imprecisões que convém aqui clarificar.

Começemos pelo PRORURAL e pela sua entrada em vigor.

O PRORURAL foi um programa que o Governo Regional desenvolveu na Região, em amplo debate, com todas as organizações de produtores, com várias entidades interessadas num programa dessa natureza, que é um programa que foi por todos aplaudido na sua generalidade. Depois de aprovado o PRORURAL, entrou-se na fase de produção do edifício jurídico de execução deste importante programa.

Também aqui todas as portarias que foram publicadas – e continuam, aliás, ainda a ser publicadas algumas das medidas – foram negociadas, debatidas com as organizações de produtores e todas elas, também, de uma forma geral, aplaudidas por todas as organizações de produtores.

Deputado António Ventura (PSD): Não é verdade!

O Orador: Creio que o Sr. Deputado teve oportunidade de ouvir declarações de vários interessados nesse sentido.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ouvir, ouvi e não é verdade!

O Orador: É verdade. Até consta por escrito, Sr. Deputado.

Gostaria, no entanto, de precisar que o PRORURAL não está em vigor há dois anos, como disse o Sr. Deputado. O PRORURAL foi aprovado formalmente no dia 14 de Dezembro de 2007, começando a sair as Portarias de execução do PRORURAL a partir de Março de 2008.

Deputado António Ventura (PSD): Junho de 2007. A questão não é essa.

O Orador: É verdade, Sr. Deputado, estão publicadas no Jornal Oficial.

De acordo com aquilo que foi articulado com as organizações de produtores, começámos por publicar as Portarias mais importantes, que tinham a ver com o financiamento ou os investimentos nas estruturas produtivas; depois, Sr. Deputado, os

processos e os pedidos e os projectos de investimento começaram a entrar em Outubro do ano passado, portanto, não estão há dois anos para ser aprovados.

Deputado António Ventura (PSD): Porque não entraram em Outubro de 2007?

O Orador: De acordo com a Portaria que está publicada – e que certamente os senhores terão lido – os prazos para verificação, para aprovação, para contratação desses projectos estão a ser rigorosamente cumpridos.

Deputado António Ventura (PSD): A questão não é essa. Foi em Junho de 2007: ano e meio de atraso.

O Orador: É verdade, Sr. Deputado. Leia a Portaria. Não seja malandro, leia a Portaria!

Depois, é preciso ver aqui uma outra questão, a questão do INFADAP e do seu funcionamento na Região.

Naturalmente que os Srs. Deputados também leram toda a legislação que saiu a nível nacional e que fez a fusão do antigo INFADAP com o INGA e que criou o IFAP – IP. Os senhores sabem quando é que essa legislação foi aprovada, quando é que foi publicada e o que ela diz relativamente às delegações regionais do ex-INFADAP. Há muito que os órgãos de governação do quadro de referência foram publicados também, constam de diplomas nacionais e constam também da legislação regional. Há muito que isso se encontra legislado.

Mas, em vez disso, os senhores continuam a defender e a propor e a fazer aqui um conjunto de insinuações relativamente ao funcionamento desse importante programa e aos órgãos de gestão que estão há muito concebidos e publicados, na legislação nacional e regional.

Gostaria de referir também que, relativamente aos funcionários do IFAP, a situação não é tão simples, mesmo do ponto de vista legal, como o Sr. Deputado Artur Lima aqui explicou. Não é e por uma razão muito simples, Sr. Deputado. Os funcionários do IFAP não são funcionários públicos.

Os funcionários do IFAP são funcionários bancários ou para-bancários e têm, na composição dos seus vencimentos e das suas regalias mensais, estruturas completamente diferentes daquelas que existem na Administração Pública Regional.

Aliás, a legislação regional que regula a entrada de pessoal para os órgãos da Administração Pública Regional, que foi aprovada nesta casa, não concede, com facilidade, a possibilidade de transitarem pessoas de institutos para-bancários, como eram e como são os funcionários do ex-INFADAP, para os serviços da Administração Pública Regional e os senhores sabem disso.

Sabendo disso, os senhores continuam a dizer que nós desprezamos competências existentes, que nós desprezamos funcionários, etc. Isso é falso, Sr. Deputado. Porque, se o senhor for ver tudo o que se passou ou que se está passando com os funcionários do ex-INFADAP em todo o país, o senhor bem verifica que apenas nos Açores há uma proposta completamente diferente para estes funcionários. Uma proposta completamente diferente, que não existe em mais banda nenhuma do país e o senhor sabe disso.

Aliás, nós, quando dissemos que a seu tempo o assunto ia ser resolvido, vai ser resolvido, por uma razão muito simples: a Região não é a entidade patronal dos funcionários do IFAP, não tem competências relativamente ao comando desses funcionários e à definição das suas competências legais; o que a Região tem de fazer, de acordo com o que está protocolado e o que está articulado com a direcção ou administração do IFAP, é arranjar, de facto, uma solução alternativa para os funcionários do IFAP na Região.

O Governo sempre afirmou que aqueles funcionários são importantes e, aliás, não é por acaso que eles aparecem como um órgão importante no aconselhamento do órgão de gestão do PRORURAL. Por isso mesmo, virá cá à Região, dentro em breve, a administração do IFAP, a fim de ser resolvido o problema dos funcionários do IFAP de uma vez por todas aqui na Região, colaborando e participando na Região, claro.

Agora, o Sr. Deputado Artur Lima deve compreender, como todos nós compreendemos que, não sendo eles funcionários públicos, a transferência dessas pessoas para os quadros da Administração Regional não é tão simples, legalmente, como o senhor aqui quis fazer crer, não é, porque nós respeitamos a legislação que, nesta matéria, esta casa aprovou.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) Deputado António Marinho (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A questão trazida pelo CDS/PP a este Parlamento evidencia bem a postura que o Partido Socialista tem, normalmente, perante as coisas e tem, normalmente, perante as pessoas...

Deputados António Ventura e Clélio Meneses (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: ...isto é, as pessoas são, para o Partido Socialista, e neste caso isso é perfeitamente evidente, meros instrumentos ao serviço das políticas que quer implementar.

Vozes de deputados das bancadas do PSD e do PPM: Muito bem! Muito bem!

Deputada Catarina Furtado (PS): Não apoiado! Não é verdade!

O Orador: Efectivamente há aqui o esquecer de uma forma perfeitamente clara a situação de pessoas e suas famílias que, de um momento para o outro, perante um determinado protocolo assinado por parte do Governo Regional, entram numa situação de absoluta precariedade, em que o futuro lhes começa a ser bastante menos risonho e, obviamente, com as consequências nefastas que isso também acarreta para a sua própria vida, em termos sociais e para a sua própria motivação enquanto profissionais.

Tudo isto poderia ter sido evitado quando, através de um protocolo, se poderia dar passos importantes no sentido de dar maior racionalidade aos apoios que são canalizados através do IFAP, maior celeridade no processamento dos pagamentos, digamos, de uma forma que seria mais favorável para o desenvolvimento da agricultura na Região e para a vida dos próprios agricultores.

Não é isso que se passa.

Este protocolo faz exactamente o contrário e, em vez de adoptar uma política de proximidade, em vez de se enquadrar numa política de proximidade que seria absolutamente louvável, necessária e importante, faz justamente o contrário.

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

O Orador: Isto é, com este protocolo, que poderia, eventualmente, obviar aos atrasos que tanto têm penalizado os agricultores açorianos, este protocolo aquilo que pode fazer é que o processamento destas ajudas se vá prolongar ainda mais no tempo,

penalizando uma actividade que, já de si, tem sido tão penalizada e que, já de si tem sido tão massacrada ao longo dos últimos anos.

Voices de deputados das bancadas do PSD e do PPM: Muito bem! Muito bem!

O Orador: É por isso inconcebível que tudo isto se passe.

O curioso é que isto se passa num momento em que o Governo se arroga de ter medidas de combate à crise que vão beneficiar toda a gente. Em simultâneo, fazem exactamente o contrário, naquilo que está subjacente a esta questão que aqui foi levantada.

É inconcebível.

Ainda que a legislação não seja de imediato acolhedora destas pessoas na Administração Regional, se há competências que passam para a Administração Regional, deve haver medidas no sentido de também as pessoas terem a possibilidade de integrar essa mesma Administração Regional.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Não tem nada. Existe um protocolo! Isso não é nada. Leia o protocolo.

O Orador: Se existe uma determinada legislação que não o permite, aquilo que se tem de fazer é proceder aos ajustamentos necessários nesta legislação para proteger as pessoas, que é para quem todos trabalhamos. Nós trabalhamos aqui é para os açorianos, e esses açorianos não podem ficar de parte e com uma situação de precariedade a que esta medida está a acabar por conduzir.

Portanto, não é com essa justificação da legislação que aqui foi aprovada que, se não permite que isso se faça no imediato, permite que se dê alguma perspectiva às pessoas que estão envolvidas e às suas famílias.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Seja honesto com as coisas. Leia o protocolo.

O Orador: Portanto, este caso dá uma nota perfeitamente evidente, designadamente neste tempo de combate à crise – e todos estamos empenhados em fazê-la passar – que o Governo Regional fala de uma coisa e faz outra completamente diferente, como mais uma vez se viu.

Voices de deputados das bancadas do PSD e do PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PSD e PPM)

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): O senhor devia ler o protocolo para depois vir aqui falar.

Presidente: Não sei se há mais inscrições.

Cada Grupo ou Representação Parlamentar pode inscrever-se uma vez e o Governo também.

Não havendo mais inscrições, dou a palavra, para encerrar, ao declarante. Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Agradeço, Sr. Secretário, a sua intervenção, na tentativa de esclarecer as questões que aqui trouxe, mas devo dizer-lhe que foi uma tentativa falhada, porque V.^a Ex.^a não esclareceu aquilo que aqui se perguntava.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Nós tentámos, mas o senhor não entendeu!

O Orador: Mas eu vou dar-lhe um exemplo de eficiência, que o senhor tomou, e mais os seus camaradas de Lisboa, o exemplo de eficiência que os senhores tomaram foi pagar a três dias das eleições os subsídios que estavam atrasados.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Esses pagamentos sempre foram feitos em Outubro. Têm sido sempre nesta data.

Deputado António Ventura (PSD): Em 2007 foi em Outubro?

O Orador: Este é que é um exemplo de eficiência. Está aqui.

Os senhores, a três dias das eleições, a 17/10/2008 pagaram os subsídios atrasados. Essa é que é a vossa eficiência. Ou seja, quando lhes interessa, os senhores sabem ser eficientes.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Seja honesto. Este pagamento sempre foi nesta data.

O Orador: Agora, quando lhes interessa, os senhores dizem que a culpa não é vossa, é dos camaradas de Lisboa. É do camarada engenheiro e é do camarada Secretário e

Ministro de Lisboa. Também tenho aqui as declarações onde V.^a Ex.^a diz isso, Sr. Secretário.

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradecia que deixassem o Deputado Artur Lima continuar.

O Orador: Portanto, Sr. Secretário, quando interessa, o camarada de Lisboa é útil; quando não interessa, a culpa é do camarada de Lisboa, portanto estamos entendidos nessa matéria.

Depois, Sr. Secretário, quantas candidaturas foram aprovadas? Em quantas já está o dinheirinho na mão dos agricultores?

Aquele sistema informático já está a funcionar, Sr. Secretário?

Ou estarão ainda a fazer as candidaturas manualmente e ele não está a funcionar?

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Está, sim senhor. Já processei 150 processos.

O Orador: O senhor não diga... Só se começou a funcionar hoje de manhã, Sr. Secretário.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Já estão a entregar candidaturas. Já processei 150 candidaturas e não está a funcionar?

O Orador: Só se foi hoje de manhã.

Portanto, não está a funcionar, estão a fazer as candidaturas manualmente e os atrasos são todos e não há nenhum agricultor que tenha o dinheiro dos 200 processos que deram entrada no IFAP.

Sr. Secretário, ouça com atenção o que lhe vou dizer.

Quanto às candidaturas aprovadas, o senhor demorou 13 meses a fazer aquele edifício legislativo que eram umas meras Portarias.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Não senhor. Foram 3 meses de Dezembro a Março.

O Orador: 13 meses. O edifício legislativo.

Agora vamos entrar no ponto a que o Sr. Secretário se furtou mais, que é a questão dos funcionários. A questão humana. A questão das famílias. Que fizeram a sua carreira, que se esforçaram por essa Região, que deram um inestimável contributo aos Açores e agora são tratadas como lixo, põe-se fora, atira-se para a sarjeta.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Temos nos Açores uma solução que não existe em mais lado nenhum.

O Orador: Atira-se para a sarjeta gente altamente qualificada, que os senhores não querem. Talvez, apetece-me sugerir a essa gente, filiem-se no Partido Socialista, é o conselho que lhes vou dar, filiem-se no Partido Socialista, porque a situação vai ser resolvida.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): O senhor não diga isso!

O Orador: Sr. Secretário, ouça!

Quanto à questão difícil da Administração Pública, os senhores têm história, estão é esquecidos, porque lembra-se de uns Directores Regionais que não eram coisíssima nenhuma, que não estavam na Administração Pública, nunca foram funcionários públicos e são hoje assessores principais da carreira técnica superior?

Qual foi a legislação que V.^a Ex.^a utilizou para recrutar estes senhores Directores Regionais para os quadros da Administração Pública?

Deputado Hernâni Jorge (PS): Foi por concurso.

O Orador: Responda lá, Sr. Secretário.

Arranjou legislação para isso.

Qual foi a legislação que o senhor arranjou para meter na Função Pública alguns docentes universitários que não tinham equivalência de carreira?

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Com as normas da Administração Pública.

O Orador: Diga lá, qual foi a legislação que o senhor arranjou? É a mesma que o senhor pode arranjar. É recrutamento por mérito, Sr. Secretário.

Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses): Essa dos docentes universitários tem muita graça.

O Orador: Tem graça, tem, Sr. Secretário Álamo Meneses. O senhor foi um dos obreiros dessa coisa. Tem graça.

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): Sr. Deputado, eu queria esclarecimento disso! Onde é que estão os docentes universitários que referiu aí?

O Orador: Aliás, na sua Secretaria, tem lá também uns indivíduos desses. Na sua ex-Secretaria, bem dito.

Depois, Sr. Secretário, a nova legislação da Função Pública até permite o recrutamento de funcionários da privada, até permite o senhor ir recrutar quem o senhor entender à privada, com contrato individual em funções públicas por tempo indeterminado.

Aqueles senhores são equiparados aos bancários.

O senhor pode recrutar quem o senhor quiser com a nova legislação, não vai recrutar porque não quer, ainda não recrutou porque não quis.

Portanto, a questão é essa. Os senhores estão a atirar para a frente um problema, estão a pôr impedimentos na engrenagem e estão, sobretudo, a desprezar as pessoas.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*): Não é no mesmo estatuto remuneratório que os senhores têm.

O Orador: Estão a pôr as famílias num estado de ansiedade que não é admissível a ninguém e muito menos ao Partido Socialista, Sr. Secretário.

Portanto, instrumentos o senhor tem vários, não quer é utilizar nenhum, como já utilizou e como já se resolveram várias situações.

A questão é esta, Sr. Secretário. Tenha paciência.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*): Não diga coisas que eu não referi!

O Orador: É ou não possível, com a actual lei de recrutamento da Função Pública, ir buscar quadros à privada? É ou não?

Atribuindo até ordenados superiores e correspondentes às funções? É ou não é?

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*): É, eu estou a ganhar pelo mesmo estatuto remuneratório.

(Aparte inaudível do Deputado Hernâni Jorge)

O Orador: É sim senhor.

Não, Sr. Deputado Hernâni, permita-me esclarecê-lo. Conforme as especificações técnicas e profissionais de um funcionário de uma empresa qualquer da privada, o senhor até pode contratar com ele o ordenado que entender.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Têm estrutura de missão.

O Orador: Isso é possível. Portanto, os senhores é que não sabem a Lei da Administração Pública e se não sabem, não querem saber. Sr. Secretário, isto mostra a falta de vontade de um Governo socialista em ser principalmente humanista, que era isso que lhe competia.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): De esquerda, Sr. Deputado.

O Orador: Sr. Secretário, volto a referir os Srs. Directores Regionais sem experiência nenhuma, sem mérito nenhum e que os senhores recrutaram por mérito extraordinário ou por mérito excepcional.

Muito obrigado, Sr. Secretário.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Não tem nada a ver uma coisa com a outra. Têm estrutura de missão.

O Orador: O Sr. Secretário é que criou as estruturas de missão.

Onde é que estavam esses Srs. Directores Regionais? Estavam no desemprego.

Presidente: Terminado o período de declarações políticas, passamos para os assuntos de interesse político relevante e para as respectivas intervenções. Tem a palavra, para uma intervenção o Sr. Deputado Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nos últimos 5 anos a Juventude Socialista tem vindo a discutir o direito ao Casamento Civil entre pessoas do mesmo sexo. É com algum regozijo que vejo, agora, o Partido Socialista reconhecer a pertinência do tema e discuti-lo da forma

mais correcta. Levar o tema ao seu órgão máximo, o Congresso Nacional, e despoletando desta forma um amplo debate em toda a sociedade portuguesa.

Como Deputado de todos os açorianos, sejam eles brancos, pretos, católicos, muçulmanos, mulheres, homens, ricos, pobres, gays, lésbicas sinto-me na obrigação de contribuir com a opinião da Juventude Socialista, e minha, para o esclarecimento deste tema e trazê-lo para esta casa que é por direito, o local de excelência para todos os debates.

Em primeiro lugar, a questão do acesso ao casamento civil por casais de pessoas do mesmo sexo é eminentemente uma questão de respeito pelo princípio da igualdade.

Se esta conclusão se impõe a partir de uma leitura do número 1 do artigo 13.º da Constituição da República, quando esta proclama que *todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei*, ainda mais gritante se torna quando olhamos para o número 2 do mesmo artigo na sua redacção posterior à revisão constitucional de 2004: *Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou **orientação sexual***.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Sendo certo que a proibição de discriminação já existia antes de 2004, a alteração constitucional torna evidente que a orientação sexual é um dos principais factores de discriminação na sociedade actual e que as autoridades públicas, no cumprimento das tarefas fundamentais do Estado, estão vinculadas a combater a homofobia. Neste contexto, a erradicação de todas as formas de discriminação ainda existentes nas próprias leis da República deve constituir uma das primeiras frentes de actuação neste domínio.

De facto, por muito que os opositores da consagração do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo se esforcem por procurar, não existe qualquer justificação para negar o acesso ao casamento civil que não tenha por base uma concepção discriminatória assente em preconceitos com origem homofóbica. O elemento essencial do debate passa pela existência de uma vontade livre e esclarecida de duas pessoas em celebrarem um contrato cujo regime vai regular parte significativa da sua

vida familiar, e oferecer maior segurança à sua relação. Contra esta vontade livre e esclarecida, com efeitos apenas na esfera das duas pessoas que escolhem casar-se, não podem invocar-se as convicções filosóficas ou religiosas de qualquer estranho àquela relação, e muito menos pode o Estado acolher estas concepções: a sua estrita neutralidade no plano filosófico, ideológico e religioso assim o impõe.

Não há rigorosamente nada na orientação sexual de uma pessoa que impeça ou imponha a constituição de uma plena comunhão de vida com uma pessoa do mesmo ou de outro sexo. Apenas a vontade de estabelecer essa comunhão interessa. Apenas essa vontade deve ser critério para celebrar um casamento. Se há algo que a realidade revela é a existência dessa plena comunhão entre os milhares de casais de pessoas do mesmo sexo que fazem uma vida totalmente idêntica à vida conjugal de qualquer casal casado. A única diferença que se consegue apurar continua a ser, infelizmente, a recusa do Estado em conferir-lhes o mesmo tratamento que oferece à plena comunhão de vida constituída por casais do mesmo sexo.

O casamento é também uma questão de direito ao livre desenvolvimento da personalidade.

Acresce ainda que, ao manter-se na lei a discriminação no acesso ao casamento civil, nega-se a cada pessoa que se vê privada do direito de casar a possibilidade de realização plena da sua personalidade. Ao negar-se de forma arbitrária e infundada o reconhecimento legal ao tipo de relação sentimental que caracteriza a personalidade de certos cidadãos e cidadãs, violenta-se a sua individualidade e nega-se a sua plena realização pessoal, sempre que esta passar pela constituição, perante o seu companheiro e perante toda a sociedade, de uma relação conjugal.

É também acesso ao complexo de direitos e deveres do casamento.

Finalmente, a privação do acesso ao casamento civil por parte de casais homossexuais representa uma impossibilidade de beneficiar de diversos aspectos do seu regime jurídico, com evidentes consequências negativas para a estabilidade da relação familiar. Apesar do progresso alcançado através do regime previsto na lei da união de facto e em diversos diplomas com regras para acesso a prestações sociais, são ainda muitos os efeitos jurídicos que apenas podem ser obtidos a partir da celebração do casamento. São exemplos:

Efeitos sucessórios: Ao consagrar-se a possibilidade de casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, eliminam-se as dificuldades que podem ocorrer se um dos membros do casal falecer. Actualmente, para que o/a companheiro/a possa tornar-se herdeiro, é necessária a celebração de um testamento, o que implica um custo financeiro e burocrático por vezes moroso. Podendo um casal do mesmo sexo celebrar um casamento civil, o cônjuge torna-se automaticamente um dos herdeiros necessários do falecido;

Deveres matrimoniais: Em segundo lugar, o acesso ao casamento determina também a aplicação directa dos deveres conjugais previstos no Código Civil (assistência, coabitação, respeito, fidelidade e cooperação). Dentre estes deveres, o dever de assistência assume particular relevo, uma vez que dele decorre, por exemplo, a obrigação de contribuir para a vida familiar e a obrigação de alimentos entre os cônjuges, ou seja, assegurar, se necessário, tudo o que seja necessário ao sustento de uma pessoa;

Regime de bens: Apenas através do vínculo do casamento é possível beneficiar dos regimes de comunhão de bens adquiridos (em que se considera património comum do casal os bens adquiridos após o casamento) e de comunhão geral de bens (considerando-se património comum do casal todos os bens anteriores e posteriores ao casamento, com algumas excepções). Mais uma vez, os dois regimes em causa oferecem maior estabilidade jurídica à relação e uma maior protecção à situação económica do casal;

Regime de divórcio: A consagração do casamento civil significa também que as regras para a dissolução jurídica da relação são claras e as suas consequências estão expressamente previstas na lei, e acautelam a posição daquele dos membros do casal que se encontra carecido de maior protecção da ordem jurídica.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Exige-se o princípio de igualdade para todos os cidadãos estabelecido pela nossa constituição.

É neste sentido que a JS e o PS têm lutado. Para que um dia possamos ouvir na Assembleia da República um discurso semelhante, aplicado a Portugal, ao do

primeiro-ministro Espanhol, José Luís Zapatero, no dia em que aprovou o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo:

“Não há agressão alguma ao matrimónio ou à família na possibilidade de duas pessoas do mesmo sexo casarem. Antes pelo contrário, o que há é um caminho para realizar a pretensão que têm estas pessoas de ordenar as suas vidas em conformidade com as normas e exigências do matrimónio e da família. Não há uma desvalorização da instituição matrimonial, mas sim o seu oposto: valorização e reconhecimento do matrimónio.”

“Hoje a sociedade espanhola dá resposta a um grupo de pessoas que durante anos têm sido humilhadas, cujos direitos têm sido ignorados, cuja dignidade tem sido ofendida, a sua identidade negada e a sua liberdade reprimida. Hoje a sociedade espanhola devolve-lhes o respeito que merecem, reconhece os seus direitos, restaura a sua dignidade, afirma a sua identidade e restitui a sua liberdade.”

Oxalá em Portugal assim seja.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS, do PPM e do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento, para além dos líderes e do Sr. Secretário da Presidência poderem intervir a qualquer momento.

Eu daria então a palavra, para esclarecimentos, ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

(* Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para fazer uma pergunta ao Deputado Francisco César e peço que não me responda directamente, mas que responda aos açorianos e à população a quem se dirige esta iniciativa:

Porque é que o Partido Socialista o ano passado reprovou uma Proposta de Lei do Partido Ecologista Os Verdes que ia exactamente no sentido de garantir a esta população, que tem esta orientação sexual diversa, esses direitos? Porque é que chumbou essa Proposta de Lei?

Parece-me que o Partido Socialista navega ao sabor dos calendários...

(Apartes inaudíveis das bancadas do PS e do Governo)

Sr. Secretário, tenha calma, é apenas isto, mas não me responda a mim porque, como sabe, o meu tempo é limitadíssimo, responda aos açorianos.

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O primeiro aspecto a abordar neste debate sobre a possibilidade de casamento civil entre pessoas do mesmo sexo passa por saber em que consiste o casamento.

Todos temos uma ideia do que seja o casamento, mas é também importante perceber, em traços largos, qual tem sido o tratamento que o Direito tem dado à matéria, uma vez que é esse o principal problema em discussão.

O casamento tem efeitos sobre as relações pessoais dos cônjuges, que ficam obrigados aos deveres de respeito, coabitação, cooperação e assistência. Contudo, e talvez até mais importante do que o rol de efeitos jurídicos referidos, o casamento permite ainda ao casal que optar por celebrá-lo, o afirmar perante toda a comunidade, a estabilidade da sua união e apresentar-se perante os seus semelhantes como casados.

Falar de casamento entre pessoas do mesmo sexo é afirmar valores como a liberdade e a igualdade. Acima de tudo, independentemente de questões à margem daquilo que devem ser os pressupostos que regem os Estados de direito, é sobretudo, também, a consagração de direitos normalmente para a pessoa mais fraca e a consagração do direito à assistência.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Qual é o mais fraco nesse caso? E quanto à violência doméstica?

Deputada Nélia Amaral (PS): É uma boa forma de fugir à questão.

O Orador: Não caíamos em subterfúgios argumentativos.

É certo, o Partido Socialista tem essa consciência e todos nós temos essa consciência: existem questões mais importantes, mais centrais, como a questão do emprego, como

a questão do combate à crise, às quais o Partido Socialista tem respondido de forma eficaz e rápida. Mas isso não invalida que se aborde esta discussão agora.

Sr. Deputado Aníbal Pires, de forma responsável...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não fale comigo, responda aos açorianos que eu não tenho tempo para lhe responder. Sabe isso!

O Orador: ...levando este assunto ao órgão, ao Congresso do Partido Socialista e, conseqüentemente, despoletando desta forma um amplo debate na sociedade portuguesa, ao contrário do PCP, o PS é responsável e implementa as medidas depois de amplos debates na sociedade, ao contrário do que faz o PCP, que congrega os seus debates nos directórios partidários mais restritos.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(* Deputado Francisco César (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Jorge Macedo (PSD): Esclareça qual é a parte mais fraca, que não se percebeu.

O Orador: O comentário é homofóbico, Sr. Deputado.

Aliás, o grande problema disto é que todo o pressuposto daqueles que são contra parte de princípios homofóbicos sobre a questão.

Mas eu, primeiro que tudo, queria responder ao Sr. Deputado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Responda aos açorianos, Sr. Deputado.

O Orador: O Sr. Deputado tenha calma que já lhe respondo; é que se fizer muito barulho assim não consegue ouvir.

Sr. Deputado, ouça com atenção, porque o Sr. Deputado só ouve aquela parte que lhe interessa. Porque se o Sr. Deputado se lembrasse, a acusação que o Partido Comunista fez ao Partido Socialista foi de que não queria perder votos. Agora, perto da altura de eleições, do que acusa o Partido Socialista é de querer ganhar votos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): É outra coisa, é desviar a atenção do Freeport.

O Orador: Portanto, o argumento muda conforme as circunstâncias e não é para nós.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Mais, Sr. Deputado, já lhe explico. Eu não sei se o Sr. Deputado sabe que o primeiro Anteprojecto de Lei...

(Apartes inaudíveis da bancada do PCP)

O Orador: Sr. Deputado ouça, tenha calma, já lá vamos.

Presidente: Deputado Aníbal Pires, deixe falar o Sr. Deputado Francisco César.

O Orador: Eu não sei se o Sr. Deputado sabe que o primeiro Anteprojecto de Lei a entrar na Assembleia da República foi o Anteprojecto de Lei do Partido Socialista, subscrito pelos Deputados da Juventude Socialista.

Aquilo que foi acordado, aliás, com os Verdes e até com o Bloco de Esquerda, foi que assim que fosse agendada a discussão aí, a discussão pôr-se-ia. O que aconteceu foi que, de um momento para o outro, quando alguém, quando um casal resolveu dirigir-se a uma Conservatória do Registo Civil para tentar casar – um casal do mesmo sexo, entenda-se – o Partido Ecologista Os Verdes rapidamente avançou para a Assembleia da República e disse: olhe, nós temos aqui um Projecto de Lei. Sr. Deputado, o que tinha sido combinado e aquilo que tinha sido visto é que nós temos de fazer um amplo debate na sociedade portuguesa e é isso que nós estamos a fazer.

O Partido Socialista está a seguir as regras do jogo democrático: primeiro lança-se o debate em sociedade, leva-se a um Congresso do Partido Socialista, vai-se a eleições com isso no nosso programa eleitoral, e é isso que nós vamos fazer; e aí, se nos for dada a confiança da parte dos portugueses, certamente que esta questão de igualdade será resolvida.

Para terminar, o casamento entre pessoas do mesmo sexo é muito mais do que aquilo que se possa pressupor. É uma questão de eliminação do preconceito na Lei. É uma questão de trazer igualdade. Quando nós somos todos iguais perante a Lei, a nossa obrigação enquanto Deputados – primeiro enquanto cidadãos, mas nós ainda mais enquanto Deputados – é tudo fazer para eliminar essas desigualdades de que muitas pessoas sofrem no nosso país.

Muito obrigado.

Vozes de deputados das bancadas do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(* **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Intervenho muito rapidamente e no seguimento daquilo que disse o Deputado Francisco César sobre o oportunismo político.

É pena que tenhamos partidos que andam ao sabor do vento em busca de voto fácil, que na República fazem uma coisa e, quando trazemos aqui esta discussão, regista-se um silêncio ensurdecedor sobre esta matéria.

Muito obrigado.

Deputado João Costa (PSD): Um acto de contrição.

Deputado Mark Marques (PSD): Quer vir marcar a nossa agenda?

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva.

(* **Deputado Helder Silva (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Aníbal Pires lançou-nos aqui um repto. Ele já foi, pelo menos pela metade, respondido, mas eu não quero deixar também, em nome do Grupo Parlamentar, de prosseguir neste esclarecimento.

Mas não sem antes dizer ao Sr. Deputado Aníbal Pires que, apesar da pergunta e do esclarecimento que nos solicitou, eu fiquei muito pouco esclarecido pela sua intervenção.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não me vai fazer gastar mais tempo. Preciso dele para amanhã.

O Orador: O Sr. Deputado perdeu, na sua intervenção, uma oportunidade de se posicionar, em nome do seu partido, relativamente a esta matéria. Fiquei muito surpreendido, porque o Sr. Deputado aproveitou para se levantar, tomar da palavra, para se posicionar...

Deputado Aníbal Pires (PCP): A nossa posição é clara. É claríssima. É a favor. O senhor é que não percebeu!

O Orador: ...da seguinte forma: porque razão é que o nosso partido de coligação – que não nós – na Assembleia da República – que não aqui – apresentou uma Proposta relativamente a este mesmo tema e vocês – isto é, eles, lá, Partido Socialista lá – votaram contra? Dizendo isto, nada disse sobre aquilo que é a posição do Partido Comunista a nível nacional e, pelo menos, a nível regional.

Deputado Aníbal Pires (PCP): É claríssima.

Deputado Francisco César (PS): Então qual é?

Deputado Aníbal Pires (PCP): É a favor.

O Orador: Conseguimos ouvir a posição do Sr. Deputado. Só por esta resposta já valeu a pena a minha intervenção.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, eu agradecia que deixasse os apartes para outro local. Está no uso da palavra o Sr. Deputado Helder Silva, agradecia que o deixassem falar.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Mas dizendo isto, eu quero também registar, na linha daquilo que foi dito pelo Deputado Berto Messias, que me espanta o silêncio relativamente a uma matéria destas, com esta importância e com este significado na sociedade portuguesa e, também, para nós aqui nos Açores, muito particularmente um silêncio da Direita, sobre esta matéria.

Nós gostaríamos, naturalmente, de os ouvir também sobre este tema.

Muito obrigado, Sras. e Srs. Deputados.

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu tive a oportunidade, pela primeira vez, de aplaudir uma intervenção oriunda da bancada do Partido Socialista. Porque, em relação a esta questão, eu já tive a oportunidade de dizer que, mesmo sabendo que é uma questão em que a maior parte do meu eleitorado tem uma visão ou uma perspectiva diferente, eu acho que em todos

os momentos da vida política devemos ter a coragem de assumir as nossas convicções.

Eu tinha dito que esta é uma questão secular na sociedade portuguesa e nas sociedades contemporâneas e que nós temos de resolver esta discriminação. Temos de fazer cumprir a Constituição. Porque o argumento que foi usado para mim é correcto, é acabar com esta discriminação e, de facto, destruir todo o complexo que existe em relação a este assunto.

Não tenho muito tempo para esgrimir aqui um conjunto de argumentos, os senhores também não nos deixam muito tempo para falar em relação às diversas questões – é a verdade – e, portanto, não esperem aqui que eu vos apresente o conjunto do argumentário que me faz tomar esta posição.

Mas também vos quero dizer que, em relação a esta questão, eu considero que não devem existir disciplinas partidárias. É uma questão de consciência. Portanto, o PPM dá liberdade de voto, dá liberdade de as pessoas tomarem as posições que muito bem entenderem em relação a esta questão.

Quero dizer-vos que esta questão não é propriedade de ninguém, muito menos da Esquerda. Quero deixar isto também bem claro. Porque, se é uma iniciativa generosa, o facto de querermos que ela seja nossa faz com ela seja mais mesquinha. Portanto, não façam isso em relação a esta questão, e se o fizerem no debate nos Açores, temos uma convicção e temos realmente uma perspectiva idêntica em relação à questão mas, em relação ao debate político, se for nessa perspectiva de “esta questão é nossa” e a utilizarem do ponto de vista do debate partidário, estão a ir por um mau caminho. Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais inscrições, para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Fruto de uma vivência familiar e profissional desde sempre ligados ao sector agro-pecuário, mas também em consequência de um conjunto de reuniões e auscultações que, neste início de mandato, os deputados do PSD eleitos pelo Faial têm vindo e continuarão a desenvolver junto dos principais organismos e associações

representativas daquele sector, queremos hoje aqui trazer algumas preocupações que assolam o sector agro-pecuário no Faial.

Este sector vive actualmente problemas de grande complexidade também no Faial que, se não forem rapidamente solucionados, poderão ter consequências muito nefastas, tanto ao nível económico, como social e também ao nível demográfico.

Os problemas estruturais continuam por resolver, apesar dos milhões anunciados e reanunciados pelo Governo Regional.

Os acessos às explorações são na maioria dos casos maus e, não fosse o papel voluntarista das Juntas de Freguesia que, sem competências nesse domínio, gastam muitos dos seus poucos recursos nesses melhoramentos, muitos desses caminhos estariam intransitáveis.

Nesse contexto, o caso assume o carácter de absurdo quando as Juntas para o melhoramento de alguns desses acessos que solicitam a colaboração aos serviços do governo regional, têm de pagar o combustível e o desgaste dos pneus das máquinas.

Por outro lado, o prometido redimensionamento das parcelas agrícolas, essencial para tornar as explorações mais competitivas, era a prioridade do sector na legislatura anterior.

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

O Orador: Contudo está por fazer.

Curiosamente foi no Faial que o Governo anunciou, então no início daquela legislatura, uma experiência piloto no domínio do emparcelamento agrícola, que até hoje não produziu resultados, pelo menos que sejam conhecidos.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O abastecimento de água às explorações agrícolas só agora começa a ser uma realidade nas explorações abrangidas pelo perímetro agrário da Feteira / Castelo Branco.

Ainda assim está por resolver o abastecimento de água à lavoura do lado norte e este da Ilha do Faial.

A electricidade nas explorações agrícolas no Faial é um sonho sem concretização à vista.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional,

Estes constrangimentos estruturais muito têm contribuído para instalar no sector um sentimento preocupante de desmotivação e de desânimo.

Prova dessa desmotivação é a diminuição da produção de leite nesta ilha, em contra ciclo com a maioria das outras ilhas, onde esta fileira é também expressiva. Pelo terceiro ano consecutivo a produção de leite no Faial está a baixar.

Directamente associado a esta diminuição de leite surge outro problema verdadeiramente preocupante que está relacionado com a rentabilização e com a sustentabilidade da nova fábrica de lacticínios da Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial.

Uma fábrica dimensionada para laborar cerca de 20 milhões de litros de leite e que em 2007 laborou pouco mais de 13 milhões (13 062 767) e em 2008 transformou cerca de 12, 5 milhões de litros de leite (12 594 346).

Aliás, este problema de falta de matéria-prima já este Inverno veio ao de cima com a intenção, em parte concretizada, da Direcção daquela cooperativa de reduzir o horário laboral de alguns funcionários.

Neste domínio, é nosso entendimento de que a fábrica não foi sobredimensionada. O problema não está na capacidade da fábrica, o problema está, neste momento, do lado da produção, pois acreditamos que o Faial tem capacidade instalada para produzir mais leite.

Na fileira da carne registe-se que o Faial é uma das ilhas com maior número de explorações inscritas para produzir carne IGP (Indicação Geográfica Protegida), o que para alguns é entendido também como um sinal de desmotivação com a fileira do leite.

Leituras e interpretações à parte, a verdade é que algumas das mais valias desta produção não ficam no Faial pois o Matadouro local não tem as condições exigidas para a exportação em carcaças e falta-lhe uma sala de desmancha.

A somar a todos estes constrangimentos registou-se, nos últimos tempos, um aumento devastador em alguns factores de produção, nomeadamente dos fertilizantes e concentrados.

Acresce a tudo isto a diminuição recente do preço do leite.

Alguns vendedores de fertilizantes afirmam mesmo que as vendas no último ano tiveram quebras assustadoras na ordem dos 50 %. Isso terá inevitavelmente consequências para o sector com uma diminuição na produção de forragens essenciais para a alimentação animal.

Para além da problemática do aumento de preços dos factores de produção, importa aqui reivindicar do Governo Regional a tomada de medidas com a vista a assegurar a colocação de alguns factores – entre outros, fertilizantes e concentrados – em todas as ilhas ao mesmo preço. Esta seria na nossa óptica uma medida de inteira justiça e que muito ajudaria muitos empresários.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente:

Das medidas que preconizamos para contrariar esta situação e dinamizar o sector na Ilha do Faial surge como prioridade absoluta o melhoramento das condições de trabalhos dos nossos agricultores e o reforço dos seus rendimentos, pois só quem não tem alternativa é que fica numa actividade que não ganha dinheiro.

Em termos infra-estruturais é preciso dar respostas à lavoura do lado norte e este da ilha, designadamente em termos de redimensionamento das explorações, dos acessos e do abastecimento de água. Julgamos que a definição de um perímetro de ordenamento agrário para aquela zona poderia contribuir para dar respostas concertadas e integradas a muitas das suas necessidades.

Melhorar a rentabilidade das explorações agro-pecuárias é um objectivo central, para o qual o emparcelamento agrícola é essencial.

Contudo, mais do que experiências piloto e de apostas políticas, o emparcelamento precisa, sim, de uma verdadeira e enorme aposta financeira e, neste domínio, alguns dos milhões dos fundos comunitários seriam aqui estrategicamente bem empregues.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Reforçar o rendimento de muitos produtores por via do aumento da qualidade do leite que produzem é também um objectivo e uma possibilidade que há muito vimos reclamando.

Existem muitos produtores que ainda recebem pelo seu leite um preço abaixo do preço do leite padrão perdendo, em muitos casos, significativos montantes financeiros.

Neste contexto de dificuldades é vital também evitar mais descidas no preço do leite, pois numa conjuntura de crise geral e de crise no sector em particular, isso poderá ter consequências catastróficas no acentuar do empobrecimento silencioso do sector.

A procura de produtos de maior valor acrescentado nos quais passemos a transformar o nosso leite parece-nos um caminho que devemos percorrer, e estamos em crer que, com o anunciado desmantelamento do sistema de quotas, esse caminho torna-se ainda mais urgente.

A tarefa que preconizamos exige uma aposta clara na formação e informação dos agricultores e uma orientação política muito clara de colocar os técnicos no terreno, bem como um esforço numa actuação coordenada e em equipa dos diversos intervenientes deste sector nesta Ilha.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo,

Mais do que uma intervenção política, procurámos trazer a este Parlamento, baseados na realidade objectiva dos factos, um conjunto de preocupações e dificuldades com que se depara o sector agrícola na Ilha do Faial, muitas delas provavelmente comuns a outras ilhas. Fizemo-lo no sentido positivo de sensibilizar o Governo Regional para a necessidade de ter uma atitude enérgica, adoptando medidas que contrariem esta situação e devolvam a esperança, a motivação e o dinamismo de que o sector precisa.

A bem do Faial e dos seus agricultores, esperamos ter conseguido.

Disse.

Deputados António Marinho e Clélio Meneses (PSD): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Estão inscritos os Srs. Deputados Jaime Jorge, António Ventura, o Sr. Secretário da Agricultura e Florestas e o Sr. Deputado Duarte Moreira.

Bom, vou então encerrar as inscrições. Tem a palavra, para esclarecimentos, o Sr. Deputado Jaime Jorge.

(*) Deputado Jaime Jorge (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A intervenção deixada aqui pelo meu colega Deputado Luís Garcia não pode deixar de merecer o meu mais veemente aplauso e a minha congratulação.

Desde logo porquanto esta situação que ele aqui descreveu, e que caracteriza muito bem a situação agrícola da Ilha do Faial, tem imensas semelhanças com a situação agrícola vivida hoje no Pico.

De facto, a colaboração dos Serviços da Agricultura e Florestas, nos serviços que tem na Ilha do Pico, designadamente os Serviços Florestais e os Serviços Agrícolas, deixa muito a desejar quanto à colaboração com as autarquias, contrariando, aliás, aquilo que foi uma posição bem vincada do Sr. Vice-Presidente deste Governo aquando da discussão do Programa do Governo, em que afirmava que a colaboração com as autarquias ia passar a ser, de facto, uma aposta deste Governo.

Ora, a intervenção da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas no Pico, designadamente no que diz respeito à colaboração com as Juntas de Freguesia, na intervenção que estas fazem na manutenção e recuperação de caminhos agrícolas deixa, de facto, muito a desejar, num testemunho que se quer dessa mesma colaboração.

Deixa muito a desejar porque, desde logo, este é um esforço das Juntas de Freguesia que não é da sua responsabilidade, Sr. Secretário. Elas fazem-no porque a isso se vêm obrigadas pela pressão dos seus eleitores que, sendo, digamos a autarquia a entidade mais próxima desses eleitores, é a que sente, de facto, essa maior pressão no dia a dia. Vêm-se obrigadas a fazê-lo, sem qualquer responsabilidade nesta matéria.

Quando batem à porta dos serviços da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, na solicitação de uma máquina, para os ajudar nestas intervenções que, às vezes, são avultadas e que, às vezes, vão muito para além dos escassos orçamentos que elas têm, a maior parte das vezes a resposta que obtêm é uma recusa e, quando não obtêm essa recusa, quando a colaboração é cedida, invariavelmente ela vem seguida de um

pedido de compensação em gasóleo, ou de um pedido de compensação em reparações dessas mesmas máquinas.

Eu acho que isto é, no mínimo, deselegante para com as autarquias, que fazem um esforço tremendo para prestar apoio aos agricultores daquela ilha – à semelhança de outras ilhas, porque esta situação não é, obviamente, exclusiva do Pico – que fazem um esforço tremendo para resolver um problema que não é seu.

Por isso, Sr. Secretário, acho que elas mereciam outro tipo de compreensão e outro tipo de apoio.

Outra situação em que se verifica também, digamos, uma falta de solidariedade é naquilo que eventualmente alguns gostarão de chamar “acções de desratização”. Mas de desratização, Sr. Secretário, é que elas não têm nada, são meras distribuições avulsas de raticida por agricultores e amigos, pseudo-agricultores...

Presidente: Agradecia que abreviasse, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Acções de desratização não têm nada e que, como combate a uma grande praga têm, obviamente, resultados muito duvidosos.

A prová-lo, Sr. Secretário, é o crescente número de casos de Leptospirose que se verificam nos Açores nos últimos anos.

Deputado Domingos Cunha (PS): Não é verdade!

O Orador: Era urgente, Sr. Secretário, era urgente que as acções de desratização nos Açores passassem a ser acções sérias, estudadas e consequentes.

Eu termino já, Sr. Presidente, não sem antes deixar para mais tarde uma segunda intervenção sobre esta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Para esclarecimentos, tem igualmente a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

Deputado António Ventura (PSD): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário da Agricultura e Florestas.

(* Secretário da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A agricultura, hoje como sempre, não é uma actividade fácil. Não é em parte nenhuma do mundo, também não é nos Açores. Os agricultores são, em todo o mundo, pessoas que desenvolvem a sua actividade muitas vezes em circunstâncias adversas mas que dão um contributo imprescindível para tudo o que nós possamos imaginar da vida e, em particular aqui nos Açores, para também oferecermos ilhas com a apresentação que elas têm, numa paisagem humanizada ou noutros sectores de actividade, nomeadamente os emergentes, que é importante incrementar também nos Açores.

Os problemas da agricultura não são, por isso, problemas que existam hoje e estejam todos resolvidos amanhã. Eles têm uma resolução ao longo do tempo e, se hoje olharmos para a nossa agricultura, ela não tem nada a ver com aquilo que era há 30, 20 ou 10 anos. Felizmente ela tem evoluído muito. Infelizmente para todos nós, não temos nem os recursos, nem os meios, nem, porventura, a varinha de condão que parece que o Sr. Deputado Luís Garcia tem, para resolver num só dia todos os problemas da agricultura. Temos vindo, no entanto, e aqui no Faial de uma forma particular, a resolver as questões.

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: O Sr. Deputado depois inscreve-se, fala, a gente esclarece, leva as respostas que tem de levar, e se tiver discernimento para as entender fica mais enriquecido certamente.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Fica-lhe muito mal, Sr. Secretário. Quando não há argumentos as reacções são feias!

O Orador: Nós aqui no Faial não tínhamos, há muitos anos, um conjunto de investimentos bem orientados na ilha. Nós não tínhamos uma estrutura que pudesse transformar o leite produzido. Por ausência desse investimento durante muitos e muitos anos levou-se ao descrédito do sector leiteiro na Ilha do Faial. Hoje estamos a pagar as consequências mas, felizmente, há perspectivas e há iniciativas para alterar substancialmente a situação.

Resolvemos a questão da transformação do leite, resolvemos muito a questão do abastecimento de água à lavoura, continuamos a insistir e a investir muito na melhoria das acessibilidades às explorações e na distribuição de água às explorações. Quanto à exploração de energia eléctrica, Sr. Deputado Luís Garcia, queria perguntar-lhe, para ver se nos entendemos, quantas casas de ordenha existem no Faial que, por via disso, necessite da implementação de distribuição de energia eléctrica? Aliás, nós temos o programa aberto à inscrição de explorações na distribuição de energia eléctrica e, no Faial, ainda não houve nenhuma solicitação para o efeito. Portanto, vamos ver se nós nos entendemos.

Quanto ao redimensionamento das explorações, é bom que o Sr. Deputado leia aqueles que são os indicadores que a agricultura tem nos Açores. Nós hoje temos explorações agrícolas, em média, nos Açores, com o dobro da quota leiteira que tínhamos há dez anos. Repito: com o dobro da quota leiteira que tínhamos há dez anos. Com o dobro da dimensão por exploração.

Este é um processo lento? É. Nós até podíamos imaginar que, de um momento para o outro, resolvíamos todo o problema do emparcelamento agrícola. O que é que faríamos? Arranjaríamos muito dinheiro, que nem os fundos comunitários o suportariam, compraríamos – ou expropriaríamos – todas as terras, faríamos o redimensionamento das explorações, faríamos a infra-estruturação dessas explorações, depois coloríamos à venda aos produtores e, provavelmente, não iríamos ter produtores para comprar aquilo que teria resultado em termos de emparcelamento agrícola.

Não é assim que se faz o emparcelamento agrícola em regiões como a nossa. O que se faz é aquilo que tem sido feito: em todos os instrumentos legais, em todas as circunstâncias, nós temos previsto, sempre, majoração dos incentivos e apoios para que o produtor invista no redimensionamento da sua exploração.

Presidente: Agradecia que abreviasse, Sr. Secretário.

O Orador: Estou quase a acabar, Sr. Presidente. Se contar com a sua bondade, conseguirei explicar só mais duas questões.

No que diz respeito a esta experiência piloto que estamos a desenvolver, ela serviu para caracterizar, de uma forma social e económica, todas as explorações dum

perímetro do ordenamento agrário. Em consequência daquilo que foi entendido conveniente com as associações agrícolas, celebrámos protocolos com as associações agrícolas para apoiar todas as operações de emparcelamento que os produtores quisessem iniciar.

Depois, é bom também que se diga, relativamente à questão do leite, uma questão muito simples. Nós estamos a desenvolver, com as associações e com a unidade fabril do Faial, com a CALF, um programa que visa sensibilizar e promover os produtores de leite, dando-lhes formação específica, levando-os a conhecer outras realidades, para que se reforce a aposta na produção leiteira da ilha. Isso vai ter consequências, provavelmente já na próxima semana.

No que diz respeito ao sector da carne, o sector da carne é, aliás, uma das questões que caracteriza muito as explorações mistas que existem na Ilha do Faial. Quanto ao matadouro, vir-se agora dizer que o matadouro do Faial não tem uma sala de desmancha, isso é de pasmar, Srs. Deputados, e o Sr. Deputado Luís Garcia devia saber isso de uma forma particular. O matadouro da Ilha do Faial foi o único matadouro que os senhores adjudicaram quando deixaram de ser Governo. Fico-me por aqui, para não haver mais nada.

Só para acabar, Sr. Presidente.

Sr. Deputado, por outro lado, é bom que se diga que se verificaram aumentos dos factores de produção e de fertilizantes. Felizmente nós agora estamos numa descida dos preços dos fertilizantes e dos concentrados, mas infelizmente estamos a registar também descidas do preço do leite, contra aquilo que era a nossa natural vontade.

Resta explicar outra questão: os Serviços Florestais, em todas as ilhas, fazem um trabalho meritório na manutenção de uma rede extensa de caminhos rurais e florestais. Colaboram com as Juntas de Freguesia naqueles caminhos que não são próprios dos Serviços Florestais, que não são da sua rede, colaboram na rede vicinal dos caminhos das Juntas de Freguesia e cedem pessoal e maquinaria e têm, naturalmente, o contributo no gasóleo que é necessário para os equipamentos trabalharem. Isto é uma colaboração que está para além daquelas funções típicas e enquadradas no âmbito de competências e da rede viária dos Serviços Florestais.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Moreira.

(*) Deputado Duarte Moreira (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quando falo de agricultura, faço-o por dois motivos: um por formação e outro por convicção, já que nasci no seio de uma família rural.

Evidentemente que falar a seguir ao Sr. Secretário Regional também me facilitou um pouco as coisas, porque algumas das coisas que eu tinha aqui elencadas já foram ditas, apesar de eu as ir reforçar.

Evidentemente que não conheço em pormenor a situação do Faial, mas trabalho há 17 anos nesta actividade, fui responsável por um Serviço de Desenvolvimento Agrário durante 12 anos e muitas das coisas que aqui foram ditas não reflectem aquilo que é o todo da Região.

Começando pela questão do redimensionamento das explorações agrícolas, o Sr. Secretário já explicou, portanto não me vou repetir, no entanto isto é uma realidade. Este redimensionamento não se faz por decreto, isso era muito fácil. Portanto, as pessoas têm os seus terrenos e às vezes não é fácil conseguir esse redimensionamento. No entanto, ele tem vindo a ser feito, com as medidas que têm vindo a ser implementadas.

Relativamente à aposta na carne, esta é uma aposta por demais evidente dos Governos Regionais do Partido Socialista. Basta ver as obras e todos os apoios, tudo aquilo que tem sido criado nos últimos anos, para se ficar com uma noção de que aquilo que foi dito em relação à carne também não corresponde à realidade. Desde os matadouros, as salas de desmancha, ao apoio ao melhoramento animal, com a importação de reprodutores de qualidade e também no apoio à inseminação artificial, até ao apoio na vulgarização dessas técnicas, nos cruzamentos, que é feito pelos Serviços de Desenvolvimento Agrário – e permitam-me que faça aqui, um pouco, a defesa dos Serviços de Desenvolvimento Agrário, de cujos quadros eu tenho muita honra de fazer parte – que são serviços com excelentes técnicos, com pessoas empenhadas, que têm estado junto dos agricultores. Aliás, devo dizer, quando os agricultores têm qualquer tipo de problema, é aos Serviços de Desenvolvimento Agrário e aos seus técnicos que recorrem em primeiro lugar. Portanto, não é justo

dizer-se ou falar-se menos bem destes Serviços da Secretaria da Agricultura nas diversas ilhas.

Relativamente, também, ao trabalho que a Secretaria da Agricultura tem vindo a fazer, têm vindo a ser desenvolvidos projectos que irão ser estruturantes ao nível de diversas áreas, com trabalhos que estão a ser desenvolvidos neste momento em várias ilhas, nomeadamente as ilhas de São Miguel, Graciosa e Santa Maria, noutras áreas que vão para além da carne e do leite. Portanto, há um rol imenso de trabalho feito nos últimos anos pela Secretaria da Agricultura que não pode aqui ser escamoteado, nem pode ser escondido.

Outras questões tinham aqui sido levantadas, já foram avançadas pelo Sr. Secretário, pelo que não as vou repetir.

Muito obrigado.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Presidente: Ainda para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

(*) Deputado Luís Paulo Alves (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Luís Garcia trouxe-nos aqui uma intervenção revelando preocupações sobre uma fileira de leite em particular aqui nos Açores, a fileira do Faial, que apresenta, tal como as outras nas restantes ilhas, algum nível de insuficiências. Embora, como também já frisou o Sr. Secretário, em termos históricos a situação se encontre, neste momento, quer do ponto de vista do dimensionamento económico das explorações, quer do ponto de vista da sua dimensão global, bastante melhorada relativamente àquilo que era a situação que encontrámos quando chegámos à responsabilidade na governação da Região.

Deputado António Ventura (PSD): Não havia vacas nessa altura!

O Orador: Todavia, convém dizer o seguinte: a par dessas preocupações que existem, neste momento, nesta fileira, existe uma preocupação mais lata a nível mundial. Nós assistimos ao colapso dos preços internacionais nos produtos do ramo do leite e lacticínios. Portanto, as dificuldades são bastante mais do que estas que

aqui foram apontadas e ameaçam, de alguma forma, todo o nosso sector e a sua viabilidade.

Nós seguimos uma estratégia, nos Açores, que passou pelo investimento na modernização e na reestruturação. Seguimos uma estratégia que passou pelo investimento na redução dos custos de exploração e no aumento da melhoria da capacidade genética dos animais. Essa estratégia trouxe-nos resultados.

Do ponto de vista da margem bruta das explorações, nós hoje temos, nos Açores, uma situação confortável, mais confortável por exemplo do que a situação do nosso país, onde a margem bruta por exploração é cerca do dobro e, se quisermos comparar pela área de exploração, é cerca do triplo.

Isso não significa um menor grau de dificuldades, mas significa que nós temos, nesta luta que hoje se espalha por todo o mundo, com o colapso dos preços internacionais, algumas armas para travar este combate.

Se, no Faial, nós temos algum problema de dimensionamento face à produção leiteira e ao dimensionamento dessa unidade industrial, nós temos de contrariar isto, dinamizando a entrada de novas pessoas para o sector, dinamizando o investimento e o alargamento da produção, para que se reequilibre a fileira.

Nós estamos aqui do lado que procura as soluções, não estamos aqui do lado daqueles que andam roubando os trevos, para que ninguém encontre nenhum, e tenha um golpe de sorte. Nós queremos o bem desta fileira, queremos o bem dos lavradores dos Açores.

É por isso que procuramos sempre encontrar respostas para as situações. Estamos numa situação de constrangimento a nível mundial. Neste momento nos Estados Unidos, pela primeira vez em várias décadas, os preços do queijo, do leite e da manteiga estão abaixo do nível de suporte; o preço do leite nas explorações desceu mais de 40%, estão imensas explorações à venda e imenso efectivo leiteiro está a ser abatido; e os animais nos Estados Unidos são da melhor genética que existe no mundo.

Portanto, nós vemos bem o tipo desafios que temos.

Mas também, como elenquei, temos alguma condição – devido à natureza das nossas explorações, devido à capacidade económica que elas também já tiveram – de lutar contra isto.

Agora, os tempos não são de facilidades, os tempos não são para lacrimejar, no fundo são tempos para batalhar, para ir à luta. O resultado é incerto mas, nos tempos que correm, estar no terreno, lutando por um lugar na fileira leiteira mundial, é de louvar e é para isso que nós aqui estamos.

Muito obrigado.

Presidente: Ainda para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) Deputado António Ventura (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não pode, Sr. Presidente!

O Orador: Prescindi a primeira vez, mas voltei a pedir a palavra. Não me querem ouvir?

Presidente: Pode prosseguir, Sr. Deputado.

O Orador: Muito bem. Efectivamente, eu não compreendo: se está tudo bem, se está tudo no bom caminho, porque se queixam tanto os agricultores quanto ao seu rendimento? Essa é a grande questão.

Ainda recentemente vimos nos meios de comunicação social que grande parte dos agricultores está com a “corda ao pescoço”.

Então, se existe tanto dinamismo no Governo Regional, se está tudo praticamente feito e se, quando comparam com os anos de governação do PSD, a situação é outra...

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): É muito diferente, não tenha dúvida nenhuma!

O Orador: ...porque é os agricultores estão com a “corda ao pescoço”? É a essa questão que os senhores têm de responder.

Efectivamente, da teoria à prática, algo não bate certo. Da vossa propaganda política à realidade prática da situação desta actividade, algo não bate certo.

Basta alguns dados para verificar esta situação e dizer-vos que os senhores são os responsáveis pela situação que está criada.

Em 2004, fizeram bandeira do Centro de Leite e Lacticínios – não existe.

Em 2004, fizeram propaganda da extensão rural – não existe.

Em 2004, fizeram propaganda dos seguros agrícolas – não existem.

Em 2004, fizeram propaganda e bandeira do aumento da exportação dos lácteos para fora da região – não existe.

Em 2004, fizeram propaganda de impulsionar o emparcelamento agrícola – não existe.

Efectivamente, o emparcelamento agrícola não se faz por decreto, mas faz-se por vontade e com a participação dos agricultores. Se os agricultores não estão motivados e são os próprios pais que aconselham os filhos a encontrarem outra actividade – e não há nenhum pai que não queira o melhor para o seu filho – não pode haver emparcelamento. Se não há estabilidade, se não há segurança nos rendimentos, efectivamente não pode existir emparcelamento, porque não há vontade dos agricultores.

Aliás, os senhores também são responsáveis pela não existência do Observatório dos Preços Agrícolas, algo que permitiria saber quem é que fica com a “fatia de leão”. Porque, numa região como a nossa, dispersa, em que existem múltiplas etapas desde a produção até ao consumo, saber-se quem é que ganha o quê, compreender a formação dos preços, é essencial para os produtores mas também, essencialmente, para quem consome.

Os senhores são responsáveis pela situação actual e, ao contrário da ideia que tentam transmitir, não está tudo feito.

Aliás, a situação é mais grave quando se verifica que, nos Açores, só 8% dos agricultores é que tem formação agrícola, contra uma média de 12% no continente e de 16% de média comunitária. Mais grave é verificar que os agricultores açorianos são mais jovens que os do continente mas, apesar disso, têm menos formação agrícola. Uma actividade que não tem formação agrícola é uma actividade que está condenada ao insucesso.

Para mais, é uma actividade que não tem investigação associada, porque os senhores não encontram novos produtos, não tentam impulsionar o encontro de novos produtos, não tentam a existência de programas de qualidade nutricional, fundamental para criar uma diferença específica muito regional, cruzando o território com a saúde pública. Nada disso é feito.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): O senhor não sabe o que está a dizer!

O Orador: Assim, os senhores são responsáveis por toda a situação.

Até mesmo um Projecto de Resolução apresentado por nós para a atribuição de uma DOP e IGP a uma quantidade de produtos regionais, nada disso está feito.

Não venham propagandear uma situação que não corresponde à verdade, que não existe.

Presidente: Agradecia que abreviasse, Sr. Deputado.

O Orador: Termina já, Sr. Presidente.

Abandonem a política dos *kits* agrícolas, ou seja, aplicar a mesma receita para todas as ilhas. Cada vez mais as ilhas são diferentes, têm realidades específicas, é preciso uma política agrícola específica para cada ilha, que vá de encontro a essas realidades. Ser jovem agricultor em São Miguel é diferente de ser jovem agricultor nas Flores, as realidades são diferentes.

Aliás, há um abandono humano nessas ilhas e, se a agricultura não estiver bem, não é possível inverter a situação.

Qualquer litro de leite produzido ou qualquer quilo de carne produzido nessas ilhas tem um efeito multiplicativo em toda a economia e tem aspectos sociais, nomeadamente a fixação de pessoas.

Portanto, a vossa política está errada, está no caminho contrário, fazem o mais fácil – que é atribuir dinheiro, isso é o mais fácil – sem haver, por exemplo, estudos de prospecção de mercado, que não existem e sem os quais não é possível construir-se políticas.

Aliás, mais grave é não haver estatísticas sobre determinadas situações. Nós somos a única região do mundo onde não existe um recolher do preço do leite. Nós vamos ao Serviço Regional de Estatística e não sabemos qual é o preço do litro de leite pago

aos produtores açorianos. Nós não sabemos qual é a quantidade de lácteos exportados para fora da Região. Não sabemos.

Com essas lacunas todas, com essas ausências todas, com esse défice todo, os senhores são responsáveis pela actual situação, que leva os agricultores constantemente a dizer que, efectivamente, estão a sufocar e estão com a “corda na garganta”.

Muito obrigado.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

(*) Deputado Luís Garcia (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Eu queria deixar uma nota final sobre a intervenção que aqui fiz e dizer-lhes que, sobre ela, estou muito tranquilo porque, ainda na passada segunda-feira, Sr. Secretário Regional, reuniu o Conselho de Ilha da Ilha do Faial e essas preocupações vieram dos representantes do sector de todos os quadrantes políticos: os caminhos, a água, o emparcelamento que não existe, o matadouro, a diminuição da produção de leite, a falta de matéria-prima causada por problemas de rentabilização da fábrica, o aumento dos factores de produção, a necessidade de técnicos no terreno. Não fui eu que o disse lá, foram os outros conselheiros e existem aqui pessoas de outras bancadas, nomeadamente da sua, que estiveram presentes e podem comprovar que, efectivamente, esses problemas foram lá levantados. Os problemas existem e com certeza não é “metendo a cabeça na areia” que os vamos resolver, Sr. Secretário.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Diz o senhor que não há necessidade de electricidade nas explorações.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Não foi isso que disse!

O Orador: Sabe porquê, Sr. Secretário? É porque o senhor ainda não fez os caminhos que devia ter feito e não fez o emparcelamento que devia ter feito.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Portanto, se não os fez, não é preciso electricidade porque essa necessidade, depois, vem por acréscimo.

Relativamente aos preços dos factores de produção, que o senhor deu a entender que nos últimos meses estavam a descer, em 2007 e 2008 – vou dar-lhe alguns dados, Sr. Secretário, mas o senhor tem isso melhor do que eu – um saco de ração para produção de leite...

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Últimos meses, Sr. Deputado.

O Orador: ...subiu 44%; um saco de ração para produção de carne subiu 49%; um saco de adubo nitrolusal subiu 59%; eurocereal 51%. O senhor tem a noção da gravidade destes aumentos para o sector? Tem, com certeza.

Queria deixar uma nota de preocupação com a sua reacção à minha intervenção e mais algumas reacções noutras bancadas. É que eu entendo que, para resolvermos um problema, a primeira condição é admitir esse problema. Se os senhores não admitem os problemas, dificilmente terão soluções para eles, porque se não os admitem não vão procurar essas soluções.

Deputados Aida Santos e Pedro Gomes (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Isso é triste e reforça a minha preocupação com os assuntos sérios e reais que eu aqui trouxe, problemas com que o sector agrícola na Ilha do Faial se depara. Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PSD, PPM e do Deputado da bancada do CDS/PP Luís Silveira)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge.

(*) Deputado Jaime Jorge (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário gosta de iniciar as suas intervenções – e fá-lo invariavelmente – dizendo que a actividade agrícola não é uma actividade fácil. De facto, não é uma actividade fácil nem, nas nossas múltiplas intervenções, eu me lembro de alguém o ter alguma vez afirmado.

A dificuldade desta actividade agrícola pressupõe desde logo que haja uma melhor e mais estreita colaboração entre as instituições, o que foi o objecto da minha intervenção.

Eu acho, Sr. Secretário, que o senhor não está a par de tudo o que se passa na Ilha do Pico relativamente à colaboração entre instituições nos domínios que aqui foram falados e levantados. Não é sempre que os seus serviços colaboram com as Juntas de Freguesia na manutenção dos caminhos. Não é nem sempre nem todas as vezes que é solicitado. Nem é todas as vezes que o seu Governo devia intervir e apoiar as juntas e na medida em que estas instituições o exigem e o solicitam.

Eu compreendo que, por falta de tempo da sua parte, o Sr. Secretário não teve oportunidade de se referir à questão da desratização, mas esse é um problema premente da Ilha do Pico.

Eu gostaria de saber, Sr. Secretário, porque se abandonaram os métodos que se vinham a praticar e que envolviam as Câmaras Municipais na compra e na distribuição do custo do raticida e do cereal; gostaria de saber porque se abandonaram as distribuições com a colaboração das Juntas de Freguesia. Estes sistemas e métodos tinham de facto outro impacto no terreno e outro efeito no debelar destas pragas, tendo-se chegado agora a uma situação que de desratização não tem nada.

Eu espero que na sua próxima intervenção o Sr. Secretário me dê uma resposta satisfatória a este problema.

Os deputados do PSD do Pico já por várias vezes, em requerimentos, em intervenções, chamaram a atenção para este problema, denunciaram este problema, deram indicações de como é que ele devia ser abordado de forma mais selectiva e com maior impacto na população destas pragas mas da vossa parte não tem havido, de facto, um *feed back* eficaz e que nos satisfaça, para podermos dizer aos agricultores e às pessoas que nos procuram que esta situação está a ser tratada convenientemente.

Eu gostava também, numa palavra final, de me dirigir ao Sr. Deputado Duarte Moreira.

Sr. Deputado, eu também sou funcionário do Serviço de Desenvolvimento Agrário do Pico e também tenho muito orgulho em sê-lo. É precisamente por ter muito orgulho

em sê-lo que eu tenho pena que este serviço não tenha, junto dos agricultores, um impacto e uma função mais consentâneos com aquilo que é, de facto, a agricultura moderna do século XXI e com aquilo que são as exigências dos agricultores da minha ilha.

Muito obrigado.

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Respondendo muito sumariamente ao Sr. Deputado Jaime Jorge sobre o processo da desratização, gostaria de lhe dizer uma coisa simples: nós acabámos há pouco tempo – e será apresentado dentro em breve – o trabalho sobre o plano integrado de combate aos roedores. Este plano convocará também, certamente, a Assembleia Regional, numa proposta já anunciada na semana passada e que será trazida a esta casa, para se debater e aprovar um regime jurídico que traga um novo contributo a comportamentos e procedimentos de várias entidades e de várias pessoas envolvidas nessa matéria.

Gostaria no entanto de dizer, só para o Sr. Deputado não ficar sem resposta sobre a matéria da desratização que, infelizmente, só o Governo Regional e por intermédio da Secretária Regional da Agricultura e Florestas é que faz algum esforço e algum investimento no combate aos roedores. Não se vê nomeadamente autarquias locais a fazer esse investimento, como devia ser feito, com articulação.

Deputado João Costa (PSD): Não é verdade, Sr. Secretário.

O Orador: É verdade, Sr. Deputado.

O investimento que tem sido feito, tem sido feito pelo Governo Regional e pela Secretaria Regional, muitas vezes em colaboração com as autarquias locais.

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Estude e vai ver como é, veja as coisas que se passaram.

Deputado João Costa (PSD): Essa aí percebi bem e não é verdade.

O Orador: Gostaria de vos dizer também que, no que diz respeito à questão do Faial, é obvio que a agricultura açoriana hoje não está como estava há 10 ou 12 anos, felizmente estamos muito longe, mas mesmo muito longe. Os senhores olhem para os indicadores das nossas explorações, da nossa agricultura, e vejam se eles têm alguma coisa a ver com aquilo que era no vosso tempo, pela vossa saúde! É que não há comparação possível.

Aliás, o exemplo que o Sr. Deputado Luís Garcia aqui traz hoje, como um exemplo negativo para a agricultura do Faial, é o exemplo do matadouro da Ilha do Faial. O matadouro da Ilha do Faial foi o primeiro (e último) que os senhores mandaram fazer, para o Governo do Partido Socialista (que entrou em 96) pagar e vejam as deficiências que o matadouro tem. Se tivéssemos prosseguido com aquela política agrícola que os senhores tinham (como aquele matadouro bem representa) nós hoje não estávamos à beira da falência, estávamos já falidos.

A propósito de falências, gostaria também de vos dizer que hoje, com todas as dificuldades que existem – e existem, estamos permanentemente e todos os dias a combatê-las e a resolvê-las –, nós não temos pessoas há um ano e meio sem receber o litro de leite que colocavam nas fábricas, nós não temos explorações na falência e nos tribunais com a “corda ao pescoço”. Isso, desde a década de 90 para cá, felizmente já passou.

Hoje temos boas unidades de transformação de leite, modernas, higio-sanitariamente a respeitar todas as imposições legais, hoje temos casas de abate, de matança com o mínimo de estruturas e de qualidade e que ainda vão ser reforçadas, pelas oportunidades que trazem para o negócio e é ver os indicadores de crescimento das produções leiteiras e os indicadores de crescimento das produções de carne nos Açores.

Veja-se também, para quem quiser ver, os Planos que nós temos desenvolvido nalgumas cadeias de valor, quer na dimensão que precisa de ter melhor organização de mercado, e estamos a explorar em Santa Maria, quer na diversidade de produtos como o ananás em São Miguel, na Graciosa a meloa e o alho, ou o processo que estamos a iniciar agora para recuperar a produção frutícola do Pico.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Estão está tudo bem?

O Orador: Não está tudo bem, Sr. Deputado, nem está tudo resolvido, nem vai ser tudo resolvido este ano.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Ah! Mas já estão há 13 anos! Já chega!

O Orador: A questão fundamental, senhores, é que se temos seguido o vosso caminho hoje estávamos sem agricultura nos Açores.

Outra coisa muito simples: os senhores leiam os documentos que estão disponíveis para toda a gente.

Presidente: Agradecia que abreviasse, Sr. Secretário.

O Orador: Sr. Presidente, são só mais dois segundos.

Quando se vem dizer: “não há dados sobre a produção da carne, não há dados sobre a produção do leite, não há dados sobre nada disso”, os senhores consultem as estatísticas.

Só que os senhores não consultam, fazem requerimentos ao Governo, para o Governo dizer “os documentos estão disponíveis, os dados estão disponíveis”. Os senhores que trabalhem a ir buscar os dados, mas os senhores não querem trabalhar.

Pior do que isso, os senhores sabem que ainda há quatro anos um estudo sobre os indicadores de rentabilidade das explorações agrícolas açorianas foi apresentado nas Jornadas do Ramo Grande, na Praia da Vitória, e nessa altura já se dizia que o rendimento das explorações agrícolas açorianas era o segundo melhor do país.

Há um novo estudo apresentado e foi distribuído no último Conselho Regional da Agricultura, sobre o rendimento das explorações, que felizmente nos diz que o rendimento das explorações agrícolas açorianas é o melhor rendimento de todas as explorações do país. É o melhor rendimento na margem bruta, é o melhor rendimento por unidade de trabalho e é o melhor rendimento por superfície agrícola. Contra isso, Sr. Deputado, não há argumentos.

Agora vou dizer-lhe: mesmo com todos esses bons indicadores que o sector começa a revelar, o Governo não desiste de querer e de fazer sempre mais e melhor para o sector.

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): Na Graciosa não é assim e tem dois vereadores do PS que sabem como funciona.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

(*) Deputado Luís Paulo Alves (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O que não bate certo neste debate, efectivamente, é a forma pouco séria com que, ultimamente, o PSD vem abordando os assuntos ligados à agricultura.

Se há um problema, o PSD não o identifica, o PSD generaliza: está tudo mal; quando nós tentamos dizer daqui que existem aspectos positivos, os senhores respondem: então está tudo bem. Nós não andamos nessa dicotomia de “estar tudo bem ou estar tudo mal”.

Nós enfrentamos a realidade porque, como dizia o Sr. Deputado Luís Garcia, não se consegue resolver nada sem uma análise fria e concreta da realidade. Essa realidade não pode ser escamoteada. É a realidade das falências, que já não existe; é a realidade da falta de estruturas que não existiam em lado nenhum, que foi preciso erguer e que neste momento estão todas montadas; é a realidade das produções, em que nós produzíamos 390 milhões de litros e agora produzimos 550 milhões. Esta realidade não é questionável, o que é questionável é que ela faz parte do percurso, um percurso que tem ainda muitas limitações e insuficiências.

Nós precisamos de apostar muito mais na inovação, por isso lançamos programas para isso; precisamos do apoio dos particulares, do apoio das cooperativas, do apoio das explorações; precisamos do apoio das comunidades científicas, para fazer evoluir as nossas produções e tirá-las das *comodities* internacionais, onde são muito mais penalizadas. É este o trabalho e é por aqui que, numa análise correcta, fria e no interesse da lavoura e no interesse da indústria regional e dos Açores, se deve abordar esta matéria.

Esta dicotomia de “os senhores estão todos mal, os senhores não fazem nada de jeito”, etc., não serve os lavradores e eles sabem disso, porque não vos têm apoiado.

Enquanto os senhores persistirem nisso, vão com certeza no mau caminho, porque não estão servindo os Açores.

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge.

(*) Deputado Jaime Jorge (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, Sr. Secretário, até porque não pensava intervir mais nenhuma vez, mas o Sr. Secretário, na sua última intervenção, deixou aqui uma afirmação que a isso me leva.

O Sr. Secretário disse que, infelizmente, nas acções de desratização estão sozinhos, desculpando-se que as outras instituições não querem acompanhar os serviços da Secretaria Regional de Agricultura e Pescas neste tipo de acções, neste tipo de intervenção pública na ilha.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Quanto é que investiram? Investiram alguma coisa?

O Orador: Eu devo dizer, Sr. Secretário, que os seus serviços, se estão sozinhos neste tipo de intervenção, é porque assim o desejaram e fizeram por isso. Eu lembro-me muito bem da altura em que as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia andaram atrás dos serviços para se juntarem a essas intervenções e acções, e foram excluídas desse tipo de intervenção pelos serviços da vossa Secretaria, exactamente porque os senhores entenderam que este era um tipo de acção que colhia votos, que era bem visto junto dos agricultores e, conseqüentemente, queriam fazer esse interface com os agricultores isoladamente.

Deputado Lizuarte Machado (PS): No Pico não responderam à proposta.

O Orador: Sr. Secretário, eu não lhe atribuo a culpa desta decisão, porque o senhor não era na altura o Sr. Secretário Regional de Agricultura e Florestas, nem tão pouco era a Secretaria Regional de Agricultura e Florestas, era a Secretaria Regional de Agricultura e Pescas. No entanto, Sr. Secretário, a bem do impacto desta medida no terreno, urge corrigir essa decisão de outros titulares da pasta, que o antecederam.

O Sr. Secretário começa a ser muito recorrente nas comparações com a agricultura do tempo do PSD. O Sr. Secretário esquece-se que este Governo já tem história, já tem 12 anos de governação e que essa comparação recorrente vai começar a deixá-los mal.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Uma história de que o PS se orgulha. Deixámos uma grande marca.

O Orador: O exercício da vossa acção governativa, durante 12 anos, na agricultura, já deveria também ter permitido resolver todas estas questões ou grande parte destas questões que ficaram aqui denunciadas e, até hoje, os senhores ainda não as resolveram.

A partir de agora, sempre que o Sr. Secretário entrar nesse tipo de comparações corre, de facto, o risco de ficar mal e de deixar mal o seu Governo.

Muito obrigado.

Deputados João Costa e Jorge Macedo (PSD): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PSD)

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Fale do matadouro do Faial! Vá lá ver como é que ele está.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(* Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu vejo que o Sr. Secretário está hoje com vontade de discutir aqui estas questões e vou aproveitar para lhe colocar uma questão, que já foi abordada em diversos locais e também aqui neste Parlamento, e que eu ainda não consegui perceber.

Gostaria de saber o que é que o Sr. Secretário e este Governo Regional estão a fazer para preparar a agricultura açoriana para o cenário após o fim das quotas. Eu acho fundamental que me trace, do ponto de vista estratégico, aquilo que o Governo está a preparar, porque é evidente que é um cenário que se coloca a muito curto prazo.

Eu sei perfeitamente que a agricultura açoriana já passou por muitos ciclos – já passámos pelo ciclo da laranja, da vinha, do trigo – e a história mostra-nos que dependemos dos mercados internacionais e dependemos de diversos contextos mas que somos, com certeza, capazes de reformular as nossas produções.

O que eu lhe pergunto, numa questão muito concreta, é: do ponto de vista estratégico, que medidas estão a ser preparadas, que leitura estratégica está a ser feita, para enfrentar uma situação que, do ponto de vista conjuntural, é uma alteração enorme para a agricultura açoriana?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) Deputado António Ventura (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Efectivamente é tempo, após 12 anos de governação, de compararem a governação PS com PS e não a governação PS com PSD. O mundo evoluiu.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Deixe-me dar só um indicador que permite contrariar aquele que o Sr. Secretário referiu e que não é o único. Há pouco falei sobre formação profissional, agora vou dar um outro indicador sobre electrificação das explorações.

Em São Miguel existem 1700 explorações, das quais só 100 é que estão electrificadas.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Isso é mentira, é o dobro. Poupe-me!

O Orador: Até há pouco tempo, havia explorações agrícolas que estavam há 10 anos à espera de ser electrificadas, com pedidos realizados.

A grande questão aqui é que a agricultura nos Açores está a ser neutra como escala económica e social, está estagnada. Essa é a grande questão.

Os agricultores estão a ter um futuro excludente e não inclusivo. Essa é a grande questão.

Os senhores fazem bandeira da diminuição do número de agricultores nos Açores, quando devia ser ao contrário, quando, em 7 ilhas dos Açores, diminuir o número de agricultores é proporcionar o despovoamento dessas ilhas. Essa é a grande questão.

O caminho natural em toda a Europa é diminuir o número de explorações e aumentar a área e a produção por exploração.

Nos Açores, em 7 das 9 ilhas, este caminho apresenta vários riscos: o risco do despovoamento; o risco no desenvolvimento económico; o risco no desenvolvimento social; portanto, não interessa ir por aí. Quando há pouco falava que deixem de ter *kits* de políticas agrícolas para todas as ilhas, é especificamente para reconhecerem essa realidade de cada ilha.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

(*) Deputado Luís Garcia (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Pedi a palavra para fazer, espero eu, a última intervenção sobre este tema.

Sr. Secretário, no tempo do PSD, os agricultores andavam com a “corda ao pescoço”.

Deputado Berto Messias (PS): Apoiado!

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado Luís Paulo Alves, era um tempo de falências.

Vozes de deputados da bancada do PSD: E agora não é?

O Orador: Permitam-me que cite um jornal regional de há poucos dias: “O acumular de dívidas está a tornar-se um problema bastante sério na agricultura açoriana. Muitos produtores micalenses assumem estar já «com a corda ao pescoço» ...”

Deputado Lizuarte Machado (PS): Isso foi o seu colega que escreveu!

O Orador: “...porque, com o passar do tempo, são cada vez maiores as dificuldades no cumprimento de compromissos assumidos com a banca e não só”.

Afinal, Sr. Secretário, era no tempo do PSD ou é no tempo do PS?

Mais palavras para quê?

Vozes de deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra, para esclarecimentos, o Sr. Deputado Duarte Moreira.

(*) Deputado Duarte Moreira (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Realmente o PSD tem tido, em relação à agricultura, uma postura do zero. Não querer reconhecer o trabalho que tem vindo a ser realizado é, no mínimo, sofrer de miopia.

Nestes governos do Partido Socialista o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido só não foi mais além porque encontrámos uma situação abaixo do zero.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Só cá faltava 96! Já passaram 13 anos!

O Orador: Como uma casa não se começa pelo telhado, começa-se pelos alicerces, tivemos de fazer tudo desde o início.

Voltando às medidas que têm sido feitas e ao trabalho que tem sido realizado, eu vou dar-lhes alguns exemplos da diversificação, daquilo que está a ser feito e que vai continuar a fazer-se para minimizar as questões e os problemas que existem, porque

nós também sabemos que existem problemas. Se eles não existissem, também não estávamos aqui a fazer nada.

Existem projectos – que não são projectos de *marketing*, como alguns gostam de dizer, porque, às vezes, quando eu ouço falar em *marketing* acho que não sabem muito bem do que estão a falar – de valorização das fileiras e dos produtos das ilhas.

Existem vários exemplos, um deles na ilha da qual eu sou originário e do qual posso falar mais em pormenor, mas posso falar dos outros casos, que vão desde a organização da produção ao longo do ano, que passam pela caracterização do produto, pela organização dos produtores, pelas questões das infra-estruturas necessárias à elaboração desses mesmos produtos, até ao procurar dos mercados que têm vindo a ser trabalhados. Este trabalho tem vindo a ser feito em várias ilhas e já está a dar os seus frutos.

Só para lhe dar um pequeno exemplo de um produto que teve crescimento com o trabalho feito pelo Partido Socialista e, nomeadamente pelos Serviços de Desenvolvimento Agrário dos quais eu sou originário, esse produto teve um aumento enorme em termos de valorização, em termos de quantidade e de qualidade nos últimos anos. Esse é um exemplo, dos vários exemplos que estão a decorrer nos Açores, outro é a nível da Ilha Graciosa, outro é ao nível do trabalho que se está a fazer no ananás de São Miguel. Estes são exemplos do trabalho que está a ser realizado, que, com certeza, vai ter frutos e que já está a dar frutos neste momento.

Menos do que zero foi a situação que nos deixaram e é por isso que nós, neste momento, não podemos estar mais além.

É verdade que o sector enfrenta dificuldades, como sempre enfrentou e como irá continuar a enfrentar, porque não é um sector fácil. Agora, é demagógico vir aqui dizer-se que nada está a ser feito ou que a situação está mal, quando hoje a situação é muito melhor em termos de condições de trabalho na agricultura do que era no vosso tempo.

Muito obrigado.

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, eu não percebo rigorosamente nada...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Já demos por isso!

O Orador: ...do que o Sr. Deputado António Ventura e o PSD querem para a agricultura dos Açores. Não é perceptível por nenhum cidadão normal.

Repare, Sr. Deputado: ainda há pouco o Sr. Deputado verberava, reclamava e exigia mais emparcelamento, mais redimensionamento e agora reclama mais lavradores, mais agricultores. Isso não é contraditório, Sr. Deputado?

O senhor é completamente desatinado.

Deputado António Ventura (PSD): Os senhores têm uma noção errada de emparcelamento. O emparcelamento não se faz com menos agricultores nem com menos formação profissional.

O Orador: Ouça, Sr. Deputado, por aqui ficamos.

Relativamente ao futuro da agricultura, 27% dos activos agrícolas nos Açores são jovens, 3 vezes mais do que no continente, 6 vezes mais do que na Madeira, um bom sinal para a agricultura açoriana.

Relativamente ao futuro, 2015, cenário pós-quotas, o que Governo Regional está a fazer é a defender e a ver se consegue fazer com que se cumpra tudo o que ficou decidido nesta casa, numa Resolução que, por unanimidade, foi aprovada em Fevereiro do ano passado.

Obrigado.

Presidente: Creio que agora, não havendo mais inscrições, passamos para a intervenção seguinte.

Tem a palavra, para uma intervenção, a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quando se fala em Turismo, relacionamos logo com unidades hoteleiras, restauração, transportes e animação turística. Em ilhas com menor população ou mais pequenas, esses aspectos têm uma importância redobrada.

Permitam-me que inicie esta intervenção com o caso específico da ilha de Santa Maria e, posteriormente, possa extrapolar para o todo regional.

A ilha de Santa Maria tem unidades hoteleiras de bom nível, casas de turismo de habitação com uma ocupação bastante razoável na época alta, a gastronomia é diversificada e as pessoas são do melhor que há: simpáticas e, desde há muito, disponíveis para receber bem quem nos visita.

Uma das muitas particularidades da ilha reside no considerável número de associações, que são, sem dúvida, responsáveis por grande parte das actividades turísticas que se desenvolvem em Santa Maria.

No entanto, algumas destas associações não dispõem de fundos próprios que permitam assegurar as despesas associadas aos eventos que pretendem desenvolver.

Assim sendo, optam por recorrer aos apoios institucionais disponíveis.

A primeira entidade a recorrer na ilha é a Câmara Municipal de Vila do Porto. Em regra, apoia financeiramente todas as associações locais, tendo em conta o respectivo plano de actividades.

Convém realçar que a edilidade nunca descuroou o seu papel nesta matéria, materializado, por exemplo, na realização das Festas de Santa Maria em Agosto e do Feriado Municipal em Junho. No entanto, como os recursos não são ilimitados, é impossível garantir a totalidade das verbas que cada associação necessita para possa desenvolver cada evento.

Quando o montante atribuído não é suficiente para fazer face às despesas, as associações optam por recorrer aos apoios do Governo dos Açores, através dos programas da Secretaria Regional da Economia, Direcção Regional da Cultura ou de outros departamentos governamentais, que se mostram disponíveis para apoiar actividades relacionadas com as respectivas áreas de intervenção.

Por vezes é preciso conciliar determinados apoios para a realização de um evento!

Estamos convencidos que se pode extrapolar esta realidade de Santa Maria para outras ilhas de menor dimensão dos Açores, onde movimentos associativos, que

desenvolvem um trabalho extremamente louvável e meritório, realizam eventos de carácter turístico, mas nem sempre têm as verbas que possam fazer face às despesas dos mesmos.

Têm, assim, que conciliar os apoios disponíveis de modo a desenvolver actividades de natureza diversa potenciadoras do incremento do turismo nas diversas localidades.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A causa desta minha intervenção, neste momento, prende-se essencialmente com dois motivos:

É este o período em que as associações culturais se encontram a planificar as actividades que irão desenvolver durante o ano, ao mesmo tempo que se verifica uma conjuntura financeira internacional desfavorável, que poderá afectar os fluxos turísticos para a Região.

Como já referi, os movimentos associativos, sem fins lucrativos, são fundamentais em termos de desenvolvimento local: as dificuldades são essencialmente ao nível financeiro, já que motivação e vontade de fazer não faltam, pelo menos a alguns!

Há que ajudar ao máximo as associações das Ilhas da Coesão, porque só assim poderão, efectivamente, proporcionar as condições para que os eventos se realizem.

Em ilhas com pouca população não é fácil – diria mesmo, é muito difícil – ter apoio de entidades privadas para o desenvolvimento de actividades culturais, ao contrário do que acontece em ilhas de maior dimensão, em que a existência de parcerias a esse nível é facilitada devido ao retorno económico que um evento produz.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Enquanto ainda candidatos a Deputados Regionais do Partido Socialista pelo Círculo Eleitoral de Santa Maria mantivemos contactos com os marienses, em geral, e com as associações, em particular. Verificámos que estas possuem problemas comuns, em especial ao nível da logística associada à respectiva organização interna, elaboração de candidaturas aos incentivos disponibilizados pelo Governo dos Açores e, até mesmo, a falta de espaços para instalação das suas sedes sociais.

Poder-se-á concluir que as principais dificuldades se prendem com a falta de pessoas para integrar os corpos sociais das associações, muitas vezes alvos de críticas

injustas, a falta de liquidez financeira para a realização de actividades culturais, e a dificuldade em manterem “aberta” uma sede com o mínimo de funcionalidade.

Assim sendo, e com o objectivo de colocar os Açores a crescer ainda mais em termos turísticos, teremos que encontrar formas de apoio às associações existentes nos Açores que desenvolvem acções que contribuam para esse incremento.

Verdade seja dita que o Governo dos Açores, desde que o Partido Socialista é o responsável pela Governação da Região, alterou radicalmente o apoio a estas organizações, quer ao nível de criação de novos apoios, quer ao nível dos critérios necessários para poderem usufruir dos incentivos já existentes.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ao nível turístico nas ilhas com menor população, considera-se que se poderá encontrar um modelo de criação de roteiros locais temáticos. Com este produto turístico, seria possível planear melhor as deslocações dos turistas a todos os locais de interesse cultural e ambiental. Além disso, garantiria o acesso dos visitantes a novos espaços, como restaurantes situados em freguesias rurais, apresentando o nosso folclore, os nossos usos e tradições. Estes roteiros poderiam igualmente integrar as actividades culturais que cada associação desenvolve, de forma a promover-se todos os eventos de um modo global.

Considera-se que esta seria uma boa forma de gerar riqueza em todas as freguesias, de um modo estruturado e organizado.

Nesta área, uma das apostas que se considera importante passa pela consolidação do Ecoturismo e deste conceito, enquanto produto turístico.

Os Açores têm paisagens magníficas, espaços privilegiados para a prática de um turismo ecológico e de natureza.

É, por isso, fundamental que o Governo dos Açores continue com a manutenção de trilhos pedestres e circuitos de interpretação, bem como a criação de outros, de forma a potenciar-se a visita a locais que só poderão ser desfrutados por aqueles que se aventurarem pelo interior das nossas ilhas.

Considera-se que esse é um tipo de turismo que está a crescer nos Açores, sendo, no entanto, necessário incentivar-se cada vez mais turistas para as práticas do ecoturismo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apesar das dificuldades, felizmente nos Açores temos associações que, ao longo dos anos, têm provado que conseguem desenvolver eventos com qualidade e que dignificam a Região em termos culturais.

É, por isso, necessário continuar a apoiar, acarinhar e dar meios para que esses “carolas”, distribuídos pelas nossas ilhas, continuem a promover a sua cultura junto de todos os que nos visitam. É ainda necessário o apoio a eventos desenvolvidos em época baixa para os residentes nas ilhas, que bem o merecem.

A todos os que suportam, com gosto e dificuldade, essas entidades, o nosso muito obrigada.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições. Está inscrito o Sr. Deputado Duarte Moreira, tem a palavra.

(*) Deputado Duarte Moreira (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Pedi a palavra para dizer o seguinte: claro que subscrevo a comunicação que foi feita pela Deputada Bárbara Chaves, aliás nós temos trabalhado em conjunto, independentemente da nossa individualidade.

Aquilo que foi dito aqui pela Deputada Bárbara Chaves reflecte, um pouco, aquilo que é consequência das várias reuniões e auscultações que nós temos vindo a fazer às associações na Ilha de Santa Maria, num trabalho que consideramos bastante válido e que nos permite estar mais preparados para perceber as reais dificuldades por que essas pessoas passam.

Essas associações fazem um trabalho de grande mérito em toda a Região e também, claro, na Ilha de Santa Maria e é por isso que pedi a palavra aqui, para realçar esse mesmo trabalho.

Hoje, Santa Maria não seria, evidentemente, a mesma sem muitas das iniciativas que as associações têm, nomeadamente na actividade turística, de animação, entre outras.

Não quero aqui individualizar nem particularizar nomes de ninguém, para não correr o risco de ser injusto e esquecer alguém, mas quero daqui mandar um cumprimento muito especial para todos aqueles que, com alguma “carolice” à mistura, vão levando estas tarefas a bom porto.

Queria também realçar que, nos últimos anos, tem sido feito um esforço por parte do Governo Regional de apoiar o associativismo, através de mecanismos e programas que apoiam as associações e permitem colmatar dificuldades, recursos aos quais as associações têm recorrido, mas como estas muitas vezes também têm dificuldade ao nível dos recursos humanos, isso dificulta em certa medida o acesso a esses apoios.

Assim, queria reforçar e mandar daqui um cumprimento muito forte para todos aqueles que põem de pé o associativismo na Região.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos fazer um intervalo de meia hora, regressamos brevemente. Até já.

(Eram 17 horas e 20 minutos)

Sras. e Srs. Deputados, agradeça que retomassem os vossos lugares, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 18 horas e 10 minutos)

Sras. e Srs. Deputados, conforme é do vosso conhecimento, durante esta reunião plenária, mais concretamente durante o período de tratamento de assuntos políticos, entrou na Mesa um Requerimento do Bloco de Esquerda, feito ao abrigo do artigo 134.º e que foi por mim admitido e mandado distribuir.

Esse Requerimento conforma-se, efectivamente, com o artigo 134.º e, na sequência de uma série de considerandos, que me dispense de reproduzir, exactamente porque o documento foi distribuído por todos os Sras. e Srs. Deputados. Pede basicamente que haja uma nova apreciação, pela Comissão competente, a Comissão dos Assuntos

Sociais, da parte deste diploma, o diploma em que agora vamos entrar, em termos de Agenda e que é a Alteração ao Estatuto da Carreira Docente na Região Autónoma dos Açores.

Trata-se, como disse, de um Requerimento e neste momento e, segundo o artigo e 87.º, n.º 2, também, do nosso Regimento, admitidos os Requerimentos, nos termos da alínea d) do artigo 22.º, são imediatamente votados, pela ordem da sua apresentação, sem discussão nem declarações de votos orais.

Assim, eu ia exactamente começar por pôr à votação o Requerimento apresentado pelo Bloco de Esquerda, no sentido de o diploma em análise desde ontem, o diploma de Alteração ao Estatuto da Carreira Docente na Região Autónoma dos Açores, baixar pela segunda vez à Comissão dos Assuntos Sociais, por 60 dias.

O Sr. Deputado pretende a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não há possibilidade de haver declaração de voto?

Presidente: Segundo o artigo 87.º, n.º 2, não há, Sr. Deputado.

Vou, portanto, colocar à votação o Requerimento do Bloco de Esquerda.

Os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Requerimento foi rejeitado com 30 votos contra do PS, 10 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 5 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: O Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para...?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Gostaria de saber se é possível apresentar uma declaração de voto por escrito.

Presidente: Sim senhor, Sr. Deputado. A Mesa logo verá o que fará com ela.

Assim sendo, Sras. e Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos, exactamente no ponto onde os deixámos.

Estávamos a debater, na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional do Governo que Altera o Estatuto da Carreira Docente na Região Autónoma dos Açores. Eu recordo que havia um Sr. Deputado inscrito, o Sr. Deputado Costa Pereira.

Como sabem este período foi acordado em Conferência de Líderes que seria feito por tempos globais e, portanto, os Grupos Parlamentares que ainda têm tempo podem, naturalmente, ir-se inscrevendo.

Para já, dava a palavra ao Sr. Deputado Costa Pereira, faça o favor.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD está neste debate com a tranquilidade de quem teve razão no tempo certo. Dissemos que a problemática da avaliação dos docentes e, sobretudo, as grelhas, deviam ter sido objecto de diploma separado, fora do estatuto. Disse o Governo e disseram os Srs. Deputados do Partido Socialista que não, que assim é que era bom. Agora, é para autonomizar as grelhas em diploma separado. Ainda bem.

Dissemos que este estatuto estava cheio de normas injustas e persecutórias dos docentes, como o estatuto de trabalhador-estudante, a justificação das faltas por motivo de doença e a penalização dos professores na avaliação por motivos de doença. Dizia o Governo, diziam os Deputados do Partido Socialista que não, que assim é que estava certo. Agora, repõe-se a justiça e foi retirado esse ferrete discriminatório aos professores. Ainda bem.

Denunciámos a confusão e a disparidade de critérios que havia de escola para escola, quando os senhores resolveram inventar...

Vozes de deputados da bancada do PSD: O Magalhães!

O Orador: Sim, houve um acidente com o Magalhães.

Presidente: O Sr. Deputado Costa Pereira pode continuar a sua intervenção.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Parece que o Magalhães sobreviveu.

(Risos da câmara)

Estava eu a dizer que denunciámos a confusão e a disparidade de critérios que havia de escola para escola, quando os senhores resolveram inventar a paridade entre os segmentos e a hora do relógio. Os Srs. Deputados e o Governo do Partido Socialista diziam que sim, que era assim mesmo que tinha de ser. Agora, repõem-se as condições para a uniformização dos procedimentos, equiparando os segmentos a 45 minutos. Ainda bem.

Dissemos que este modelo de avaliação era inexecutável. Qualquer profissional que conhecesse minimamente o funcionamento das escolas sabia que era impossível cumprir os procedimentos, os prazos estabelecidos e até era impossível avaliar as aulas de todos os professores, todos os anos. Diziam os senhores que não, que o modelo era bom, que estávamos a inventar dificuldades e a falar sem ter conhecimento de causa. Agora, o modelo de avaliação é profundamente alterado, os professores deixam de ser avaliados ou de ter aulas observadas todos os anos e os prazos foram significativamente alterados. Ainda bem.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Eles não quiseram nada disso.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): O escrutínio da incoerência.

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: Tivemos, portanto, razão no tempo certo.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Os senhores andaram, neste processo, sempre atrasados e a reboque da teimosia de quem não queria ver a realidade.

A falta de abertura às alterações que se impunham e a recusa em reconhecer o que se passava nas nossas escolas conduziu ao ambiente de saturação e de desmotivação que ainda hoje se vive em muitas das nossas comunidades educativas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Foi precisa uma ameaça real de conflitualidade alargada, protagonizada pelos professores dos Açores, para que o Partido Socialista “metesse a mão na consciência”.

Foi preciso mudar de Secretário Regional para o Partido Socialista “tirar a mão da consciência” e agora iniciar a mudança que se impunha nas nossas escolas.

Vem tarde, vem a más horas mas é bem verdade que “mais vale tarde do que nunca”.

Vozes de deputados das bancadas do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(*) Deputada Cláudia Cardoso (PS): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de participar neste debate, na generalidade do diploma, começando por recordar, porque a memória é sempre boa conselheira, que este é um diploma que, como tantos outros que aqui fizemos, faz parte integrante do património inquestionável que o PS tem em matéria de educação.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

A Oradora: Orgulhamo-nos deste diploma, orgulhámo-nos na altura do diploma que construimos e mais, temos muitos diplomas sobre os quais podemos dizer que nos orgulhamos, coisa que outros já não podem.

Primeiro facto histórico a registar: na altura, em virtude da revisão constitucional de 2004, em que se impôs, em que se levantou a questão da possibilidade de legislar nesta matéria específica diferentemente do que acontecia em território nacional, disse o líder do PSD de então, Dr. Costa Neves, que não era possível à Região legislar nesta matéria. Repito: não era possível à Região legislar nesta matéria. Disse-o acompanhado por senhores que estão sentados na bancada do PSD.

Em matéria de coerência estamos, neste ponto, conversados.

Deputada Catarina Furtado (PS): Muito bem!

A Oradora: Seguidamente, é sempre justo realçar que, relativamente ao diploma que então aprovámos – e eu não falarei muito sobre o passado porque o que interessa é o diploma que está em discussão e não o que aconteceu –, o que se procurou fazer na altura foi um compromisso justo entre aquilo que eram as necessidades do sistema educativo regional e as aspirações legítimas dos docentes que nele trabalham. Este compromisso na altura foi, do nosso ponto de vista, ideal e bem conseguido.

Na verdade, como já aqui tive oportunidade de dizer, estes ajustamentos que agora se fazem não comprometem em nada as soluções da altura, antes pelo contrário, revelam uma postura correcta por parte do Governo Regional de análise da realidade e de, atempadamente, acorrer às situações que estão ou que correm menos bem.

Gostava também de recordar aquelas questões que eram diferenciadoras e que, por isso, levaram a que grande parte do corpo docente da Região – e estruturas sindicais também – acolhesse, na altura, esta tentativa de o diferenciar, nomeadamente a questão da manutenção da carreira única e a questão da não imposição de quotas.

É preciso não esquecer, porque também é histórico, que os Srs. Deputados do PSD de então fizeram uma proposta de alteração ao estatuto, que levantava a necessidade de rever pontualmente – repito, pontualmente – alguns aspectos do estatuto.

Assim, Srs. Deputados, e porque a memória é valiosa, não vale a pena fingir que o PSD é o Nostradamos do estatuto.

O PSD não previu nada antes do tempo. O PSD, inclusivamente, é tão incoerente que as propostas que agora faz nem recuperam as que fez então, pelo que nem consigo próprio consegue manter a coerência.

Eu gostava também de ressaltar neste debate uma questão que ontem foi levantada e me parece grave, que tem a ver com as declarações – depois não tive oportunidade de intervir, porque entretanto chegou a hora regimental – que o Sr. Deputado Paulo Rosa, do PP, fez daquela tribuna.

É bom que as coisas se esclareçam e temos de falar com seriedade de assuntos sérios. As acusações de que o Grupo Parlamentar do PS foi alvo são injustas e falsas em primeira instância porque, caso o Sr. Deputado não saiba mas terá quem lhe explique, os deputados são aqueles que têm direito de propositura e foi exactamente isso que nós fizemos. Mais: fizemo-lo no sítio certo, em sede de comissão e apresentámos no dia 11 as nossas propostas de alteração, dando a possibilidade a todos os Srs. Deputados de até ao dia 13, sexta-feira, se pronunciarem sobre elas.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O “Milagre das Rosas”!

A Oradora: O que é que os Srs. Deputados fizeram? Abstiveram-se no lugar em que podiam ter debatido, votado contra ou aprovado. Não o fizeram, não se

pronunciaram, abstiveram-se dessa pronúncia e agora querem fingir, em sede de plenário, que foi o PS que não fez o trabalho de casa.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): A fingir andam os senhores.

A Oradora: Se os senhores nos acusam de pressa, o que devemos dizer aos senhores que apenas apresentam propostas de alteração aqui, em cima do plenário, para nós analisarmos e discutirmos?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Criticar o trabalho dos outros é muito fácil.

A Oradora: Isto, sim, é pressa. O que nós fizemos foi o que sempre deveríamos ter feito.

Vozes de deputados das bancadas do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Sr. Deputado, gostava também de lhe dizer o seguinte: é obvio que as propostas que o Grupo Parlamentar do PS fez em comissão são nossas, nos orgulham e, como é evidente, muitas delas comungam daquilo que foram preocupações sindicais.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Os sindicatos fizeram um bom trabalho.

A Oradora: No entanto, não é correcto, Sr. Deputado, vir aqui dizer que foi uma tentativa de cópia, como o senhor tentou apelidar, porque, senão, o senhor terá de repensar essa sua afirmação em relação a todas as bancadas que aqui estão, porque todas elas recuperam – e bem, até – algumas das propostas sindicais, algumas das preocupações dos senhores peticionários. Assim, não lhe fica bem, em nome da lisura e da correcção, a intervenção drástica e dramática que ontem fez aqui, com claro prejuízo para si próprio.

Gostava também de acrescentar que, relativamente à alteração que agora o Governo apresenta a esta casa, nos parece que, na esmagadora maioria dos seus propósitos ela é, de facto, uma proposta que altera significativamente e no sentido da melhoria as condições de trabalho dos docentes, mantendo, no entanto, o equilíbrio justo entre as necessidades do sistema educativo regional, necessidades que o Partido Socialista não descarta porque, para o Partido Socialista, os professores são muito importantes, mas são-no tanto quanto os alunos e o funcionamento do próprio sistema educativo, de que nós não abdicamos.

Vozes de deputados das bancadas do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação.

(*) Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria salientar a coragem política que houve em rever um diploma tão complexo como este.

Nós temos de evidenciar aqui que, passadas duas semanas da tomada de posse deste novo Governo, houve coragem política, houve abertura, houve disposição para entrar num processo negocial, o qual foi exemplar, com o qual foi possível chegar-se a consensos, a resultados e o Governo tem, neste momento, a sensação de dever cumprido.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não parecem muito satisfeitos!

A Oradora: É com esta sensação que aqui estamos: de dever cumprido, de coragem, de abertura e de resultados alcançados.

Obrigada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é o que vamos ver!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira, para uma intervenção.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Cláudia Cardoso, vamos naturalmente e com seriedade tratar dos assuntos sérios.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: A questão, Sra. Deputada, é uma questão séria, porque é uma questão de credibilidade.

Nós estamos aqui com toda a tranquilidade neste debate porque, a tempo, nós prevenimos o que se passava na educação nos Açores e, a tempo, tomámos posições.

Os senhores é que estão hoje, aqui, a defender – parece que empenhadamente – o que empenhadamente negavam há seis meses.

Deputados José Manuel Bolieiro e Rui Ramos (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Isto é, os senhores, hoje, estão aqui a jurar que é branco aquilo que há seis meses juravam que era preto.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem! Apoiado!

Deputado Hernâni Jorge (PS): A nossa escala tem cinzento.

O Orador: Isto é uma questão de credibilidade e a credibilidade é uma virtude que, neste processo, os senhores nunca poderão ter.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Sra. Secretária, é bem verdade que a senhora tem uma virtude dupla: a senhora teve a virtude de ter a coragem política de iniciar este processo de transformação que as escolas e os professores desejavam; e teve uma outra virtude, que foi a coragem política de fazer os Srs. Deputados daquela bancada darem uma cambalhota completa.

Vozes de deputados das bancadas do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PSD e do PPM)

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso explica a boa forma física das Sras. Deputadas.

Presidente: O Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra para uma interpelação à Mesa.

(* Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, pedia apenas à Mesa que informasse o tempo restante a cada Grupo e Representação Parlamentar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa para anunciar os tempos sobrantes.

Secretário: O Governo ainda dispõe de 19 minutos, o PS dispõe de 18 minutos, o PSD dispõe de 6 minutos e o PP dispõe de 2 minutos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E o PCP, de quanto dispõe?

Presidente: Já não dispõe de tempo, Sr. Deputado.

Vamos prosseguir o nosso debate, está inscrita para uma intervenção a Sra. Deputada Cláudia Cardoso, tem a palavra.

(* Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não me vou alongar, mas quero precisar um aspecto que me parece importante nesta discussão.

Sr. Deputado Costa Pereira, nós já tivemos esta discussão antes e eu já lhe expliquei isso, mas posso repetir: todas as alterações que nós propusemos na altura eram válidas, eram necessárias e foram as que entendemos justas.

Em alguns aspectos, o quadro do sistema educativo regional alterou-se, nomeadamente na questão do absentismo, por isso nós também alterámos, com humildade e com realismo, a nossa posição. Não há mais nada a esclarecer em relação a isso.

Quanto à coerência, o Sr. Deputado, se bem se lembra das suas propostas, verá, se se der ao trabalho de fazer a comparação, que elas não estão vertidas nestes cinco artigos, nalguns dos quais os senhores querem, incipientemente, intervir.

Depois, Sr. Deputado, eu gostava aqui de deixar ainda um facto curioso: é que se o Sr. Deputado bem se apercebeu, nem os Srs. Deputados da sua bancada – nomeadamente o Sr. Deputado com mandato suspenso, Joaquim Machado – se revêem nas suas propostas de alteração.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

(*) Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Cláudia Cardoso, tenho um enorme respeito por si mas, como todo o respeito, não retiro uma vírgula àquilo que afirmei ontem nesta casa, porque as propostas que o Grupo Parlamentar do PS apresentou em sede de comissão são, *ipsis verbis*, um memorando dum sindicato, ao qual não acrescentaram nada. Podiam ter acrescentado alguma mais valia, não o fizeram.

Nós, Sra. Deputada, recuperámos também algumas das propostas dos sindicatos, porque obviamente algumas reflectem a vontade dos professores associados e nós estamos aqui a trabalhar para ter um melhor Estatuto da Carreira Docente e não para outra coisa.

Deputado Berto Messias (PS): Esqueceu-se de dizer isso ontem!

O Orador: Em relação à comissão, Sra. Deputada, obviamente que apresentaram as coisas, deram-nos até sexta-feira de manhã e tínhamos uma reunião suspensa para a sexta-feira à tarde, mas o tempo era manifestamente curto.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Tendo nós plenário esta semana, que é a semana seguinte à comissão, não fazia nenhum sentido, por uma questão de dois ou três dias, estarmos a fazer uma reunião por videoconferência para os Srs. Deputados das ilhas grandes e por audioconferência para os Srs. Deputados residentes na Ilha das Flores.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não temos é tempo, senão líamos isto que aqui está!

O Orador: Assim, quanto ao trabalho em sede de comissão, a nossa posição é esta. Uma nota final, para dizer à Sra. Deputada Cláudia Cardoso que pensei, sinceramente, que, como foi a grande defensora do ECD, desta vez estivesse de quarentena mas, afinal, parece que não.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do CDS/PP e do PPM)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

(*) Deputada Catarina Furtado (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Rosa, aqui não há deputadas de quarentena, nós não precisamos de quarentena porque não está ninguém doente nesta bancada e, como não estamos de quarentena nem doentes, nas cambalhotas, quando são bem dadas, as pessoas caem de pé – graças à boa forma física referida pelo Deputado Jorge Macedo. Os trambolhões já nem tanto, os trambolhões deixam nódoas negras e hematomas ao PSD. Quanto a isso, quanto à forma física, aos trambolhões e às cambalhotas, penso que estamos explicados.

A verdade é que, na altura, as propostas trazidas pelo PSD eram falaciosas e oportunistas face à distância a que estávamos do acto eleitoral em causa.

A verdade é que o PS teve a coragem de não ir nesse oportunismo e de ter aqui dito frontalmente que não as apoiava, porque havia processos a decorrer, nas escolas, que eram essenciais para a avaliação do ECD que tinha sido aprovado há um ano.

Decorria na altura, em muitas das nossas escolas, um processo de avaliação a título experimental que veio a fornecer dados importantes e fulcrais para o debate de hoje, aqui, dados que ficámos a aguardar, com a frontalidade de termos chumbado, na altura, as vossas propostas oportunistas. Esses dados, uma vez terminado o ano lectivo, chegaram a quem de direito, à tutela.

Na posse desses dados, face ao que era já a redução do absentismo e face à conjuntura, aí sim, fazia todo o sentido mexer, alterar e repensar, o que exige coragem mas, em Outubro, os açorianos e as açorianas mandataram-nos novamente, com larga maioria, para vir aqui hoje fazer as cambalhotas que necessário fosse para melhorar as condições dos professores que estão nas escolas.

Obrigada.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Ramos.

(*) Deputado Rui Ramos (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os peritos em cambalhotas já sabemos quem são.

Deputado Francisco César (PS): Isto não é uma aula de ginástica.

O Orador: Tenha calma, Sr. Deputado.

Há uma coisa que não se percebe: porque é que há pouco menos de seis meses os senhores persistiram num rumo que já tinha sido ultrapassado? Não era só o Partido Social Democrata a dizê-lo, eram os professores.

Coragem, dizem os senhores. Qual coragem, Sr. Secretário?

Coragem tiveram os professores, que tiveram de trabalhar, nas escolas, no caos que os senhores provocaram.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Os senhores, não ouvindo ninguém, criaram condições de tal forma que prejudicaram claramente a educação nos Açores e vamos ver os resultados.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Vamos ver.

O Orador: Pois, haveria mais para ver se o Sr. Secretário apoiasse.

Quanto à participação do Dr. Joaquim Machado ou não, embora não interesse aos professores eu digo-lhe já: participou, esteve comigo a trabalhar nisto.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Interessa ou não ao PSD?

O Orador: Interessa sim, Sr. Deputado.

O problema que se coloca é se os senhores, hoje, têm a coragem de ir tão longe quanto todos desejamos. Isso é o que nós vamos ver na especialidade.

Agora, uma coisa é certa: não há dúvida que os professores estão desmotivados. A desmotivação grassa nas escolas. Foi isso que os senhores criaram e é isso que nós queremos resolver. Vamos ver até que ponto os senhores vão.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não apoiado!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(*) Deputada Cláudia Cardoso (PS): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Rosa, nós temos, efectivamente, uma coisa em comum: eu também não retiro uma vírgula ao que disse.

O Sr. Deputado foi incorrecto e eu continuo a achar que foi.

Foi impreciso e eu continuo a achar que foi.

O direito de propositura pertence aos Srs. Deputados, nós fizemo-lo no sítio certo e com justiça, porque podíamos ter decidido, naquele dia, fechar a vossa posição das propostas de alteração mas não o fizemos, permitimos que os senhores tivessem mais dois dias para análise.

O senhor acha que o prazo é curto, então diga-me o que é que acha de nós termos de fazer, até hoje, a nossa avaliação em relação às vossas propostas, que só ontem nos chegaram às mãos? Esse prazo ainda é mais curto, Sr. Deputado.

Depois, eu gostava de reiterar algo que me parece muito importante, embora pareça apenas uma questão formal: as comissões são espaços de trabalho e de preparação da tomada de posição do plenário, é lá que nós temos de decidir se somos contra ou se somos a favor e qual é a nossa posição.

Deputado Herberto Rosa (PS): Nunca vão entender isso!

A Oradora: Outros Grupos Parlamentares socorrem-se, sistematicamente, da abstenção e da reserva para plenário. No seu caso, até num diploma da República o fez.

Gostava de repetir: é na comissão e deve ser na comissão que essas questões devem ser debatidas até à exaustão.

O senhor podia, com certeza, ter feito a apresentação e nós, com muito gosto, teríamos tido a oportunidade de apreciar as suas propostas, o que tivemos de fazer depois e, obviamente, à pressa.

Sr. Deputado, que fique muito claro: o que a comissão e os deputados do Grupo Parlamentar do PS fizeram em sede de comissão foi correcto e é assim que se trabalha. Os senhores têm um procedimento diverso, muito bem, fica convosco, mas não nos venham gozar a nós de ter o “passo errado”, quando os senhores procedem de maneira que me parece incorrecta.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Teixeira.

(*) Deputada Graça Teixeira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu estou um pouco do lado de fora deste processo, não o debati numa primeira fase, mas apliquei e contextualizei o diploma numa escola, onde sempre pugnei por fazer cumprir o que havia sido legislado nesta casa.

Pedi a palavra para dar um contributo, porque julgo que estamos aqui para perceber que teremos de estar em consonância e de deixar o discurso miserabilista dos professores tristes, os professores desmotivados, os professores coitadinhos.

Estou farta de ouvir dizer que os professores são uns coitadinhos, acho que em nada dignifica a classe docente e em nada permite melhorar as nossas escolas.

Não nos podemos esquecer que uma escola não é feita só de professores, uma escola é feita de um grupo de pessoas, pessoal não docente, alunos e famílias, que apostam numa escola de qualidade, numa escola pública, numa escola que quer ser e terá de ser cada vez melhor. Essa escola pública, em que acredito, em que acreditamos todos nós, está a dar o seu melhor e espera de nós também o nosso melhor.

Daí a importância de aplicar, verificar e fazer chegar todas as contribuições a quem de direito, neste caso à tutela, que teve a coragem de ouvir, de aproveitar as situações em que o modelo foi testado.

Estamos aqui, hoje, a trabalhar num diploma que é bastante complexo, com 253 artigos, num processo que nunca havia sido feito na Região ou no país.

Estamos aqui hoje a contribuir para que, de facto, todos nós possamos ter orgulho na escola que queremos construir na nossa Região.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: É nisto que eu acredito e é nisto que o nosso Grupo Parlamentar quer acreditar e quer fazer cada vez mais e melhor.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Ramos.

(*) Deputado Rui Ramos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, coragem teriam os senhores se tivessem apoiado a pretensão do Bloco de Esquerda para pensarmos melhor sobre estes duzentos e tal artigos. Essa é que era a coragem que o PSD teve e os senhores não tiveram.

Deputada Catarina Furtado (PS): Não teve tempo para pensar? Seja sério!

O Orador: Este processo começou mal, precisamente por não respeitar a Lei da Negociação Colectiva, Lei 23/98.

Os professores estiveram a trabalhar num documento e estiveram a dar pareceres num documento que, na prática, era um documento desactualizadíssimo. Teria sido muito mais eficaz e os professores teriam participado muito melhor se tivesse sido um documento que resultasse das negociações sindicais.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É verdade!

O Orador: Os senhores não fizeram isso.

Os Srs. Deputados do Partido Socialista conheciam o documento mas nenhum partido da oposição o conhecia.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Isso não é trabalhar com a transparência que nós queremos e com a colaboração que todos nós podemos emprestar ao problema da educação.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Tivemos pela primeira vez acesso ao documento em sede de comissão e, no dia a seguir, os senhores apresentaram a vossa proposta, que devia ter sido apresentada pelo Governo, se tudo tivesse acontecido como deve ser. Nessa altura os Srs. Deputados fariam as alterações, mas o que os senhores fizeram foi quase um *copy/paste* de um memorando.

Muito obrigado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como já disse, ter razão nestas coisas ajuda muito. Tanto ajuda que acabamos por ouvir aqui argumentos risíveis – risíveis é o mínimo que posso dizer, para não voltarmos agora aos termos gímnicos – para defender esta alteração do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Eu ouvi aqui dizer que agora é que estava na altura de fazer alterações porque tinha havido uma alteração no sistema educativo dos Açores e o absentismo dos professores tinha acabado.

Deputada Catarina Furtado (PS): Ninguém disse isso. Eu não disse isso.

O Orador: Ou que o absentismo dos professores estava melhor.

Deputada Catarina Furtado (PS): Isso já é um bocadinho diferente!

O Orador: Sra. Deputada, o PSD quando falou nesta questão e apresentou uma das suas propostas foi em Junho do ano passado. Para a senhora chegar agora à conclusão de que o absentismo tinha entretanto diminuído, só se isso aconteceu nas férias de Verão, porque antes, de acordo consigo, ele era grande.

Outra questão: foi aqui falado que estavam a decorrer – e estavam, de facto, a decorrer nalgumas escolas dos Açores – experiências pedagógicas para fazer a avaliação deste modelo. Essas experiências pedagógicas tiveram a sua evolução e os documentos finais foram enviados para a Secretaria durante o mês de Julho, ou seja, à volta de quinze dias depois de termos estado aqui a discutir as nossas propostas.

Esses documentos finais, que agora os senhores invocam para fazer esta alteração, diziam coisas como isto: “somos defensores de uma avaliação de professores rigorosa, credível, exequível, útil e eticamente irrepreensível; não podemos deixar de manifestar que esta avaliação proposta dificilmente cumprirá estes pressupostos”. Isto não foi dito pelo PSD, mas pelas escolas que avaliaram o processo. E disseram mais: “Achamos que o estabelecimento da avaliação desta forma não será exequível, é muito difícil de pôr em prática, sobretudo em escolas com elevado corpo docente”.

Quinze dias antes de receber este relatório, o Sr. Secretário da tutela – que mandava nos senhores e os senhores obedeciam, embora agora digam o contrário – ...

Deputado Mark Marques (PSD): Muito bem!

O Orador: ...dizia assim aqui na Assembleia: “é muito cedo para avaliarmos os efeitos do estatuto, devemos esperar”.

Deputado Mark Marques (PSD): Está no Diário das Sessões.

O Orador: Dizia ele ainda mais: “Quando o tempo decorrer e, particularmente, quando for feita a primeira avaliação do pessoal docente, o que ocorrerá sensivelmente daqui a um ano (...) estaremos na altura, se for caso disso, para discutir este assunto”.

Os senhores agora até estão adiantados seis meses, dão o dito por não dito e acham isso natural...

De facto, Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, ter razão dá sempre muito jeito.

Vozes de deputados das bancadas do PSD e do PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PSD e do PPM)

Deputado Clélio Meneses (PSD): O que é interessante é o sorriso do Secretário Regional do Ambiente.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo de Meneses): Fazer o quê? É para não me rir de si!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Eu sei que era o que o senhor queria, mas não lhe dou esse gozo.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(*) Deputada Cláudia Cardoso (PS): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Pedi a palavra para reiterar aquilo que já tive oportunidade de dizer, sublinhando uma questão que o Deputado Costa Pereira levantou e que me parece pertinente.

De facto, o modelo de avaliação de desempenho foi aplicado em diversas escolas da Região mas, para além de ler a parte das críticas que foram feitas à aplicação, é preciso ler também aquilo que foi a avaliação positiva que os professores fizeram da aplicação do modelo e é disso que o senhor se esquece.

O senhor lê a parte que lhe interessa e esquece-se de ler a parte que não lhe interessa.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Então porque é que mudaram? Se estava tudo bem não precisavam de mudar!

A Oradora: É mais ou menos o que fazem em relação às propostas que apresentam.

Eu gostaria também de sublinhar aqui, Sr. Deputado Costa Pereira, para ver se fica claro de uma vez por todas: em Julho de 2008 as propostas que os senhores apresentaram eram residuais, não alteravam grandemente a estrutura da avaliação de desempenho, não tinham subjacente – como se percebeu – uma filosofia para o Estatuto da Carreira Docente, eram propostas pontuais, desgarradas, não deixando de ter mérito na parte em que eram pontuais, mas não tendo o mérito global que os senhores querem fazer crer.

Para termos razão antes do tempo é preciso que aquilo que apresentámos seja substantivo, coisa que as vossas propostas não eram, tal como não o são agora.

Os senhores agora, perante um novo estatuto, apresentam cinco propostas de alteração, muitas delas de pormenor, que não mexem na estrutura da carreira e não mexem, sobretudo, na avaliação de desempenho.

Então, eu pergunto: se este não é, como teve oportunidade de dizer o Sr. Deputado Rui Ramos, do PSD, o estatuto da carreira docente do PSD, qual é o estatuto da carreira docente do PSD? Porque, com essas propostas de alteração, os senhores não mexem em nada de substantivo, como fica claríssimo por aquilo que se vê.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação.

(*) Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria acrescentar que, tal como já ontem referi, a revisão do modelo de avaliação estava prevista num prazo de quatro anos. Nós fizemos a revisão atempadamente, ao fim de ano e meio, ou seja, agimos dentro do prazo previsto.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A Sra. Secretária não teve culpa disso.

A Oradora: Por outro lado, eu própria – e quero recordar isto porque há pessoas que não o sabem – estive envolvida no processo de formação para os avaliadores na primeira quinzena do mês de Novembro.

Nós não introduzimos alterações pensando no que havia sido efectuado, ou proposto, nem tivemos em conta partidarismos. Actuámos com transparência, pensando no melhor que poderíamos fazer pelos docentes dos Açores, ganhando a sua confiança e procurando uma educação de qualidade. Foi por aí que caminhámos, sem nos cristalizarmos em posições que nos manteriam fixos no passado e nos impediriam de sermos pró-activos.

Nós agimos com abertura, pensando no que era melhor para a educação nos Açores e penso que ganhámos a confiança dos docentes. Aliás, nunca a perdemos, mas nesta altura estão connosco e há provas disso. As manifestações e as vigílias têm demonstrado isso.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Teixeira.

(*) Deputada Graça Teixeira (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Eu pedi a palavra para esclarecer os Srs. Deputados do PSD que referiram e citaram alguns aspectos dos relatórios de avaliação das escolas que aplicaram o modelo.

Passarei a elucidar e a esclarecer o Sr. Deputado que uma das escolas que aplicaram o modelo verifica que também tem vantagens – e muitas – este modelo que agora estamos aqui a rever.

Uma vez que não há modelos perfeitos, estamos a tentar aproximarmo-nos cada vez mais e melhor daquilo que consideramos um bom modelo.

Passo a ler parte deste relatório, que a escola elaborou com os seus coordenadores e com os professores que se disponibilizaram voluntariamente para esta avaliação: “a

vantagem é passar a ser muito fácil a identificação, em relação ao modelo anterior, dos desempenhos que não se adequam ao perfil de docente definido no conjunto de deveres profissionais apresentados no ECD anterior; que não se adequam ao perfil profissional requerido pela tutela, ou seja, o desempenho de um bom professor”.

Ou seja, este modelo permitiria às escolas distinguir o que deve ser distinguido: não é possível sermos todos iguais e sermos todos apelidados de bons, havendo que distinguir entre os realmente bons e os que não reúnem as condições.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A Sra. Deputada é que está satisfeita!

A Oradora: Julgamos que serão poucos os professores que não se revêem nesta possibilidade. São poucos os professores que muito dão à escola, numa carreira com muito valor e são esses, são os professores que querem fazer uma escola melhor, que têm também de ser distinguidos na sua excelência.

Muito obrigada.

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Não havendo mais inscrições, vamos dar por findo o debate deste diploma na generalidade e passar à respectiva votação. Vamos então proceder à votação na generalidade da proposta do diploma.

Os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar. **Secretário:** A proposta foi aprovada na generalidade, com 28 votos a favor do PS, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM, 17 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos então passar ao debate na especialidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piões.

Deputado Aníbal Piões (PCP): Sr. Presidente, é possível fazer uma declaração de voto?

Presidente: Declarações de voto só no final, mas talvez possa apresentar uma por escrito, Sr. Deputado.

Deputado Aníbal Piões (PCP): Nesse caso, gostaria de requerer um intervalo regimental.

Presidente: É regimental, está concedido.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo, regressamos daqui a 15 minutos.

(Eram 19 horas)

Srs. Deputados, agradeço que retomem os vossos lugares, vamos prosseguir os nossos trabalhos.

(Eram 19 horas e 20 minutos)

Tal como ficou acordado em Conferência de Líderes, o debate na especialidade do diploma será feito nos termos previstos no artigo 92.º e seguintes do nosso Regimento.

Como o diploma em discussão e em debate tem cinco artigos, embora alguns com bastante conteúdo, presumo que as Sras. e Srs. Deputados prefiram que o debate na especialidade seja feito artigo a artigo.

Assim, colocaria em debate o artigo 1.º do diploma. Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso, para uma primeira intervenção.

(*) Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao artigo 1.º, vem da comissão uma proposta de eliminação para o artigo 14.º, que é o que está a ser colocado à votação.

Só para dar conta da posição do Partido Socialista nesta questão, aquilo que nós propomos é a eliminação do artigo 14.º, porque a redacção que é dada na proposta é eliminada e substituída pela redacção que tinha na proposta original, com uma diferença: o que nós queremos através da proposta que é feita em comissão é que o tempo inter-contratos seja efectivamente contado, coisa que não se verificava com a redacção anterior.

É esta a intenção da proposta que foi apresentada em sede de comissão.

Presidente: Não havendo mais inscrições, passaríamos à votação do artigo 1.º, que contém três artigos do ECD de 2007: o artigo 6.º, o artigo 8.º e o artigo 14.º. Faríamos isso por artigos contidos dentro de cada um dos três ou quatro artigos – são cinco, mas só três ou quatro é que contém artigos – do diploma ora em debate.

Relativamente ao artigo 6.º não há qualquer proposta de alteração, eu pô-lo-ia à votação. Artigo 6.º, incito ou contido no artigo 1.º do diploma que estamos a debater.

Os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O artigo 8.º, incluído no artigo 1.º, contém uma proposta de alteração apresentada pela comissão e subscrita pelo Partido Socialista. Vou pôr essa proposta de alteração à votação.

Os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração ao artigo anunciado foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Finalmente, o artigo 1.º do diploma contém o artigo 14.º, cuja eliminação a comissão propõe e o Partido Socialista subscreve, tal como explicou, aliás, a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

Vamos pôr à votação a proposta de eliminação do artigo 14.º do diploma em discussão.

Os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Agora, poria à votação, relativamente ao artigo 1.º para que não houvesse dúvidas, o corpo da proposta de alteração para o artigo 1.º apresentado pela comissão e subscrito pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Poria agora à votação o artigo 1.º da proposta, na totalidade, com todas as alterações que nós acabámos de aprovar.

Os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao artigo 2.º do diploma. Chamava-vos a atenção para o facto de que contém um conjunto vasto de artigos incluídos no estatuto em vigor. Colocava esse artigo 2.º em debate, ficando a aguardar inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao artigo 2.º do estatuto, a Representação Parlamentar do PCP apresenta um conjunto vasto de propostas de alteração, para que os docentes retomem, efectivamente, a dignidade, quer pessoal quer profissionalmente, que o estatuto e todo o ambiente que foi criado ao longo dos últimos anos prejudicaram.

Nós fazemos aqui um conjunto de propostas de alteração que vão desde situações de pormenor até uma nova estrutura de carreira docente, passando pela introdução de uma comissão pedagógica de avaliação no processo de avaliação.

Para que fique claro, o problema da avaliação é um problema que preocupa o PCP. Queremos, efectivamente, que haja um processo de avaliação, mas não que seja punitivo.

Penso que, ao contrário da proposta do Governo, uma organização, uma instituição como é a escola pública não se pode dar ao luxo de desperdiçar tantas horas e tantos recursos a avaliar profissionais que, por princípio, têm um bom desempenho. Darmo-nos ao luxo de gastar tantas horas em observação de aulas parece-me um desperdício de recursos e de meios, meios que podiam ser investidos noutras questões da educação.

Há, ao nível do exercício das competências dos agentes de serviço, capacidade para interferir quando algum docente não cumpre o seu dever ou algum dos conteúdos funcionais da sua profissão e, como tal, parece-nos um paradoxo estar-se a desperdiçar este tempo e estes recursos.

Por outro lado, consideramos que é no âmbito do Conselho Pedagógico que o processo de avaliação se deve centrar e não só ou apenas no órgão executivo.

Relativamente à estrutura da carreira docente, queria dizer o seguinte: a estrutura que nós propomos para a carreira desdobra-se ao longo de dez escalões, sendo que o escalão de topo equipara a carreira docente à carreira técnica superior da

administração pública e vem também introduzir um factor de justiça e de equidade em termos da progressão na carreira.

Como todos sabemos – e nesta câmara muitos deputados têm, como eu tenho, a docência como profissão –, a transição de escalão para escalão é, em termos salariais, profundamente injusta, uma vez que é pouco equitativa e nos escalões do topo há um salto salarial muito grande. Começa-se com um salário muito baixo e, embora se termine com um salário razoável, só se atinge esse salário nos últimos dois escalões do topo.

É fundamental, até para a dignificação da carreira docente, que se tome atenção que a carreira deve ser mais justa e equitativa, para além do facto de que, mais tarde ou mais cedo, teremos de fazer a equiparação, em termos salariais, da carreira docente à carreira técnica superior da administração pública.

Para já termino. Depois, ao longo do debate, teremos oportunidade de ir continuando a esclarecer as alterações quando elas forem votadas.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Na sequência da intervenção do Sr. Deputado Aníbal Pires, assalta-me uma dúvida: a minha ideia inicial era nós fazermos agora o debate na especialidade de todo o artigo 2.º do diploma, ou seja, o que inclui os artigos 1.º, 13.º, 23.º, 31.º e por aí adiante.

Eu fiquei com a sensação que os Srs. Deputados talvez preferissem que houvesse um debate artigo a artigo, mas relativamente aos artigos que constam do estatuto vigente, ou seja: em vez de estarmos a debater na especialidade o artigo 2.º, estarmos a debater, dentro do artigo 2.º, o artigo 1.º, o artigo 13.º, etc.

Percebi bem, a preferência vai para a segunda escolha?

Sendo assim, vamos prosseguir.

O artigo 1.º – incluído no artigo 2.º do diploma – não tem qualquer proposta de alteração. Alguém se quer pronunciar sobre ele?

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

(*) Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu vou prevalecer-me do debate deste artigo e desta opção que agora acabou de ser tomada por V.^a Ex.^a, Sr. Presidente, para dizer que preferia, neste caso, fazer uma intervenção que pudesse ser classificada como uma espécie de “sub-debate” na generalidade, uma vez que o artigo 1.º é a causa de todas as outras alterações, que lhe são consequentes.

Eu gostava de aproveitar este entendimento para dizer o seguinte: este é o artigo que testemunha melhor o lado da razão no debate que precedeu o início do debate na especialidade.

Na verdade, nós estamos com um processo que revela a incerteza do Governo e do Partido Socialista.

No conjunto que o Governo apresenta de propostas de alteração ao Estatuto da Carreira Docente, reveladas aqui no artigo 2.º, as propostas de alteração do Partido Socialista e dos outros partidos proponentes de alterações revelam mais de 83 propostas de alteração.

Das propostas que não resultaram da comissão mas resultam de outras iniciativas dos partidos políticos, dos Grupos e Representações Parlamentares, que não constam da proposta inicial do Governo, são mais de 22 propostas novas. Concedo, Sr. Presidente, que até mesmo para o debate e para a votação, é muito confuso.

Por isso, gostaria de sinalizar politicamente este ponto: há da parte do Governo uma atitude, que não posso deixar passar, que não abona a favor da iniciativa do Governo. Um Governo que quer e anuncia, como dizia a Sra. Secretária, com coragem, passado pouco tempo da sua posse, uma alteração ao Estatuto da Carreira Docente e que não promove, como determina a lei, uma negociação colectiva é um Governo que continua a querer ser unilateral nas suas posições. Isso merece contestação e deve ser aqui sinalizado.

Deputado Berto Messias (PS): Não apoiado!

O Orador: A boa atitude teria sido, antes de apresentar a sua proposta de alteração no parlamento, negociar a proposta como determina a lei, colectivamente com os representantes da classe docente, designadamente os destinatários desta iniciativa legislativa.

Deputados Pedro Gomes (PSD) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Primeiro erro do Governo, erro que desvaloriza a humildade e a coragem política do Governo. A Sra. Secretária afinal, para além da coragem, admite, foi precipitada e não conhece a boa prática da negociação colectiva, quando se trata de carreiras, designadamente da administração pública, para cumprir a lei.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: O segundo erro corresponde a uma farsa inaceitável para a dignidade do debate e da prestação parlamentar no processo legislativo.

Sra. Secretária Regional, não pode desmentir o que vou dizer, porque confirmei isso pessoalmente consigo e com os sindicatos ouvidos pela comissão parlamentar: foi o Governo que, tardiamente, embora correctivamente, depois de entregar no parlamento a sua proposta de alteração ao Estatuto da Carreira Docente, iniciou – posteriormente e, digo e repito, tardiamente – o processo de negociação colectiva.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Foi o Governo e não o Grupo Parlamentar do Partido Socialista quem fez a negociação com os sindicatos.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Mal ou bem, fez. Tardiamente, é certo. Agora, se bem negociado e se com um esforço real de consenso, não sei, não me pronuncio. No entanto, uma coisa é certa: foi o Governo e não o Grupo Parlamentar do Partido Socialista quem negociou.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: O Governo estava no direito – isto sim, é repor a verdade dos factos – de poder fazer ele próprio alterações às suas propostas de alteração, decorrentes do processo de negociação colectiva, como determina a lei, o bom senso e a ética política e legislativa do governo e do parlamento e, desde logo, o respeito pelos parceiros sociais, que são os sindicatos.

Assim, Sra. Secretária Regional, Srs. Deputados do Partido Socialista, ao que hoje assistimos naquela ingénua defesa da dignidade das propostas do Grupo Parlamentar do Partido Socialista não é, afinal, mais do que uma farsa, porque elas resultam de uma negociação estabelecida pelo Governo Regional com os sindicatos e não de uma iniciativa própria e negociada do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Apoiado!

O Orador: Isso podia ter sido evitado, Sra. Secretária, porque eu – pessoalmente e não através de outra pessoa – alertei a Sra. Secretária e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista para este facto na comissão, dizendo “olhe que é bom que, uma vez que está confirmado, da sua parte e da parte dos representantes dos sindicatos ouvidos na comissão parlamentar competente, que foi a negociação estabelecida entre o Governo e aqueles sindicatos que resultou num memorando, que fosse o próprio Governo a assumir as suas propostas e as alterações decorrentes dessa negociação colectiva”. Aí, sim, cumríamos a lei, aí, sim, corrigia-se a falta em que o Governo no início tinha incorrido e, por outro lado, seguia-se a ética política governativa e parlamentar adequada.

Deputada Catarina Furtado (PS): Qual é o problema?

O Orador: No entanto, a senhora não apresentou a sugestão e o Grupo Parlamentar açambarcou esse processo negocial para si.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Apoiado!

O Orador: Um erro e uma falta de ética, Sra. Secretária Regional.

Deputados António Marinho e Rui Ramos (PSD): Muito bem! Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A oposição total entre o Governo e o Grupo Parlamentar!

O Orador: A segunda nota é para dizer que, neste conjunto de propostas de alteração que têm, muitas delas, a bondade da humildade e do reconhecimento de que a teimosia anterior não valia a pena, existe esta outra fragilidade procedimental, que revela um perfil do Governo e do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Aqui prevaleço-me, até, da oportunidade que o Bloco de Esquerda acabou por dar ao parlamento e a este debate, quando propunha que se fizesse nova baixa deste diploma à comissão.

Era útil que os próprios sindicatos tomassem conhecimento, que o pós-memorando corrigido e transformado em propostas de alteração pudesse ser – e por iniciativa do parlamento – novamente objecto da consulta dos sindicatos.

Assim, Sra. Secretária, se hoje o Grupo Parlamentar do PSD até já sinalizou que vai votar a favor de muitas das alterações que aqui estão, não podemos deixar de demonstrar a nossa indignação por este procedimento, porque é indigno, quer para o Governo quer para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E para os Açores!

O Orador: E para os Açores, como bem lembra o Deputado Artur Lima.

Se bem que possamos aqui dar assentimento a uma parte significativa das propostas que resultam, afinal, da negociação e não da iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista – como formalmente se pretende fazer passar, mas que não é a verdade – nós não podemos, no entanto, certificar o consenso obtido e traduzido nestas propostas com os representantes dos docentes.

Para já, Sr. Presidente da Assembleia, Sra. e Srs. Membros do Governo, colegas, Sras. e Srs. Deputados, fico-me por aqui...

Deputado Domingos Cunha (PS): E fica muito bem!

Deputado Hernâni Jorge (PS): Aliás, nunca saiu daí!

O Orador: ...porque, na verdade, na análise e na votação deste diploma, como democrata, como legislador e como quem valoriza o dever e o cumprimento da lei da negociação colectiva e da real participação dos parceiros sociais que representam os docentes neste caso, ficou um défice no cumprimento da lei que é da exclusiva responsabilidade do Partido Socialista.

Muito obrigado.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

Vozes de deputados das bancadas do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação.

(*) Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É de estranhar que estejam aqui mais preocupados com as questões processuais do que com o conteúdo.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não é mais, é tanto! Não é uma questão processual, é uma questão de direito.

A Oradora: Neste momento o que preocupa os docentes e as famílias, os encarregados de educação...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): A recusa do Representante da República por incumprimento da lei.

A Oradora: Nós não podemos submeter a política a questões de averiguação detectivesca da sua parte, embora saiba que tem formação jurídica.

Aqui, as famílias e os docentes estão preocupados com as questões do seu futuro, do futuro da educação nos Açores, não propriamente se a negociação foi antes ou depois. O que interessa é que ela aconteceu e aconteceu de uma forma satisfatória.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Não, Sra. Secretária, senão as vigílias não se tinham verificado.

A Oradora: Nós temos consciência de que nunca conseguimos agradar a todos e era estranho se conseguíssemos, há sempre um grupo de docentes que está em desacordo e é normal que isso aconteça.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(*) Deputada Cláudia Cardoso (PS): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Duas notas que me parecem muito relevantes.

Em primeiro lugar, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, ficou claro que o senhor e, pela sua voz, o Grupo Parlamentar do PSD, tem ciúmes da proposta que o PS apresentou.

(Risos da câmara)

Deputado Pedro Gomes (PSD): À falta do melhor argumento, o argumento do ciúme.

A Oradora: Assim, estamos aqui a tratar de uma questão de ciúme.

Ciúme e mais, ignorância, porque como o senhor sabe nós temos, nesta matéria, o direito de propositura e é exactamente isso que estamos a fazer, pelo que o seu problema é outro, Sr. Deputado, e eu vou dizer-lhe qual é. É que o senhor, não podendo negar a justeza das alterações que agora são propostas, usa o argumento da forma, por não lhe restar mais nenhum.

Deputada Catarina Furtado (PS): Muito bem!

A Oradora: Isso nós todos percebemos mas também todos nós condenamos, porque é errado e é demagógico.

Aliás, isto não é um debate na especialidade. O que o senhor fez foi vir aqui alegar uma questão de forma, no momento errado, para condenar um processo que acha que foi mal conduzido.

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito bem!

A Oradora: Está errado, usou a altura errada e é preciso que isto fique aqui muito claro, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

O que lhe quero dizer e contrariando aquilo que foram as suas afirmações, é que em todo este processo a democracia não foi “beliscada”.

Em segundo lugar, a questão da audição dos sindicatos, em que também não foi “beliscada” a democracia, como o senhor bem sabe.

A negociação decorreu com o Governo Regional e a audição dos sindicatos foi feita no cumprimento do que é correcto, em sede de comissão.

Neste processo nós estamos de consciência tranquila, o senhor é que parece que, à falta de melhor argumento, alega a questão da forma, porque a justeza destas propostas de alteração o senhor é incapaz de negar.

Deputada Nélia Amaral (PS): Muito bem!

Presidente: Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

(*) Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Quer a intervenção da Sra. Secretária Regional quer a intervenção da Sra. Deputada Cláudia Cardoso revelaram que para as culpas não têm desculpas, razão pela qual fizeram a intervenção que fizeram. As culpas próprias, que têm, não têm de facto fuga, porque ficou por cumprir o que a lei determina e ficou por cumprir o que a democracia exige.

Sra. Secretária Regional, a minha preocupação não é formal.

Como democrata e parlamentar, eu não ficaria de consciência tranquila se não tivesse feito aqui a intervenção que fiz e nos moldes em que a fiz.

É realmente preciso lembrar, a quem parece ter tendência unilateral da decisão, que há uma obrigação de negociação colectiva, que isso tem regras, que a democracia impõe o comportamento de audição dos parceiros sociais e que isso não impedia, de forma alguma, o poder de propositura dos deputados como, aliás, não impediu. No entanto, Sra. Secretária, faltou o cumprimento da lei e da democracia e, nesta matéria, este Governo não tem para onde fugir: de facto, não cumpriu.

À coragem que a Sra. Secretária revelou, juntou-se a fragilidade, que ficou demonstrada, da cultura democrática e eu, arreigadamente convicto dos meus conceitos de democracia, não podia deixar de imputar essa responsabilidade ao Governo e à Sra. Secretária Regional. Orgulho-me dessa intervenção e fi-lo no tempo certo porque, como bem lembrava o líder do Grupo Parlamentar do PSD, foi o Partido Socialista, em Conferência de Líderes, que limitou o tempo de intervenção na generalidade.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem! Apoiado!

O Orador: É oportuno dizer o que eu disse, não só mas também por essa razão e, também, porque é exactamente no âmbito das propostas a que o artigo 2.º dá cobertura.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Apoiado!

O Orador: Repus a verdade, porque parte do debate na generalidade que a Sra. Deputada aqui fez foi discutir a forma, tentando desmentir o que era indesmentível na intervenção do deputado do CDS/PP.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem! Apoiado!

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Não apoiado!

O Orador: Portanto, eu fiz aqui justiça à verdade dos factos.

Finalmente, Sra. Presidente da Comissão dos Assuntos Sociais e Deputada Cláudia Cardoso, devo dizer-lhe que o contributo e o trabalho que nós desenvolvemos, quer naquela comissão, quer na audição, é revelador da razão que o Grupo Parlamentar do PSD teve no tempo certo.

Neste momento (que é tardio) da negociação – mal conduzida no tempo e na forma por parte do Governo – com os parceiros sociais, veio à baila a razão que o Grupo Parlamentar do PSD teve no tempo certo, quer quando votou contra este Estatuto da Carreira Docente – pelos termos e pelos moldes em que foi aprovado – quer quando apresentou nesta casa, na anterior legislatura, propostas de alteração, também elas no tempo certo – e não oportunistas, como a Sra. Deputada quis fazer crer –, porque foram apresentadas no tempo em que podiam ter efeito, antes do início do ano lectivo que agora está em curso.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Assim sendo, Sra. Deputada, as suas pronúncias sobre o comportamento do Partido Social Democrata, ou a justificação do injustificável comportamento, quer do Governo, quer do Partido Socialista, quanto ao Estatuto da Carreira Docente, valem pelo que diz mas não valem pela verdade dos factos, nem valem pela substância dos argumentos.

Muito obrigado.

Vozes de deputados das bancadas do PSD e do PPM: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Ainda para participar no debate acerca do artigo 1.º do artigo 2.º do diploma, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Ramos.

(*) Deputado Rui Ramos (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estamos falando aqui de educação e a educação está intimamente ligada àquilo a que nós chamamos pedagogia.

Este Governo não cumpriu a lei e é preciso que isso se diga.

Não cumpriu a lei porque não respeitou, numa posição inicial, a Lei 23/98 e isso tem de ficar claro, não vale a pena a maioria socialista tentar camuflar aqui essa situação.

O Governo tinha o dever pedagógico de dar indicações à população no sentido de que a lei é para se cumprir e não o seu contrário.

No entanto, sobre essa matéria, não foi nem é o PSD a falar.

Eu vou ler-vos aqui um documento que vem de um sindicato que não tem ligações políticas com ninguém e que diz rigorosamente o seguinte...

Secretária Regional da Educação e Formação (*Lina Mendes*): Os sindicatos, agora, têm ligações políticas?

O Orador: Os senhores gostam de dizer muitas coisas, mas mais à frente vamos discutir, Sra. Secretária, tenha calma, temos muito tempo. Aliás, é um prazer falar consigo.

Deputado João Costa (*PSD*): Voltam a demonstrar o respeito que têm pelos sindicatos.

O Orador: Sra. Secretária, vou citar aquilo que o Sindicato Democrático diz no seu parecer: “Realçamos negativamente” – sublinho: negativamente – “que a proposta de alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2007/A, de 30 de Agosto, tenha sido remetida pelo Governo Regional dos Açores à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores antes de se ter consumado qualquer negociação colectiva a que a matéria obriga e que a lei impõe”.

Volto a dizer-lhe, Sr. Secretário: que a lei impõe. Se o senhor não admite isso, desculpe que lhe diga mas não devia estar sentado nessa bancada.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Muito bem!

O Orador: “Tal facto” – continuo a citar, Sr. Secretário – “inédito” – acho que nunca aconteceu na nossa Autonomia – “não pode deixar de merecer o nosso mais vivo repúdio” – diz o sindicato – “pela desconsideração do determinado pela lei e pelos princípios constitucionais” – repito: e pelos princípios constitucionais – “e legais de respeito pela representação dos trabalhadores nos processos negociais em que as suas carreiras e condições de trabalho estejam em causa e levou este sindicato a apresentar veementemente protesto junto da tutela da Educação e a comunicar que não prescindia, em caso algum, da negociação colectiva a que estas propostas governamentais obrigam”.

Os açorianos que façam agora os seus juízos.

Muito obrigado.

Deputada Graça Teixeira (PS): Continue lendo!

Deputada Nélia Amaral (PS): Continue a ler, Dr. Deputado, o parecer não termina aí.

Deputado Domingos Cunha (PS): Leia o resto!

Deputado Francisco César (PS): Não leu.

Presidente: Tem a palavra, para participar no debate, o Sr. Deputado Artur Lima, faça o favor.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu terei percebido mal, mas não quero ficar com a certeza que, da parte do Governo e pela agitação que ali vi e estou vendo, não se faça jus que os meios justificam os fins. Parece-me que foi isso que ficou bem explícito da intervenção da Sra. Secretária, que não interessam os meios, o que interessa é o fim.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Parece-me que terá de esclarecer esse ponto, porque foi isso que disse quando referiu que o que interessa são os resultados alcançados e como nós chegámos lá é irrelevante, ou seja: para o Partido Socialista e para o Governo, é irrelevante cumprir a lei. A lei não existe, faz-se tábua rasa da lei.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes): A interpretação é sua.

O Orador: Esse é o problema, é grave e tem a ver com a educação e com formação cívica e democrática. Isso é muito importante, embora não se queira valorizar e se tente, até, desvalorizar.

Portanto, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, eu concordo plenamente consigo quando diz isto e concordo que, enfim, à Sra. Deputada Cláudia Cardoso caiu-lhe a máscara – já que estamos a entrar no Carnaval – quando tentou tirar razão ao Deputado do CDS/PP, Paulo Rosa, quando disse que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista se apropriou das propostas que eram dos sindicatos e de uma negociação que foi iniciada pelo Governo.

Depois, Sra. Deputada, é muito bonito porque os Srs. Deputados do Partido Socialista – mas ainda hei-de ter o gosto de os ver na oposição, ainda hei-de ter esse gosto, para se ver como é – têm acesso às coisas de antemão, com dias de antecedência, mas reconhecem-nos a nós muito valor para, em dez ou oito horas, termos a capacidade de analisar as propostas todas, quando os senhores já as tinham, ilegitimamente, porque devíamos todos ter acesso na mesma altura.

E mais, Sra. Deputada, é tão legítimo apresentar propostas de alteração na comissão como aqui, mas a senhora pôs isso em causa há bocado.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Não, Sr. Deputado. Isso não é verdade.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não pôs, Sr. Deputado.

O Orador: As propostas de alteração fazem-se na comissão e fazem-se aqui, e nós fazemo-lo onde entendermos que o devemos fazer.

Era só o que faltava que essa bancada e o Governo viessem, também, dar ordens à oposição.

Que os senhores já recebem ordens lá do chefe máximo nós entendemos, agora virem dar ordens à oposição os senhores ainda não vêm.

Estão, portanto, a jogar um campeonato desigual, porque têm acesso a informação privilegiada e porque o Governo e esse partido são como um camaleão, confundem-se um com o outro, há uma mistura de cores em que se juntam um com o outro. Isso é que é promiscuidade.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: A isso é que se chama promiscuidade, Sr. Deputado Helder Silva.

Portanto, os senhores não podem vir criticar a oposição por isso. A oposição trabalha e trabalha muito mais que os senhores, porque tem acesso às coisas muito mais tarde do que os senhores e porque não tem o Governo, os seus assessores, os seus secretários e a administração pública a trabalhar para a oposição, como os senhores, escandalosamente, têm.

Muito obrigado.

Vozes de deputados das bancadas do CDS/PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos das bancadas do CDS/PP e do PPM)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, face à hora vigente, vamos suspender por hoje o nosso debate, retomamo-lo amanhã.

Eu pedia aos Srs. Líderes dos Grupos e Representações Parlamentares para fazermos uma curta – espero – Conferência de Líderes sobre os nossos trabalhos de amanhã.

Sras. e Srs. Deputados, apenas uma informação: como ficou dito desde o início, em qualquer circunstância os nossos trabalhos de amanhã recomeçarão às dez horas da manhã.

Muito obrigado, boa noite e até amanhã.

(Os trabalhos terminaram às 20 horas)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Guilherme de Fraga Vicente Nunes

Luís Paulo de Serpa Alves

Partido Social Democrata (PSD)

Cláudio Borges Almeida

Jorge Manuel de Almada Macedo

Mark Silveira Marques

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Documentos entrados

Declaração de Voto, da Representação Parlamentar do PCP, sobre o Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda para nova apreciação em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 38/2008.

DECLARAÇÃO DE VOTO

Requerimento da autoria do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda para apreciação em Comissão, da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º38/2008

A Representação Parlamentar do PCP ao votar favoravelmente pretendeu permitir que o clima de crispação e agitação criadas pela Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º38/2008 e pelas alterações propostas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista e pelos restantes Grupos e Representações Parlamentares, nomeadamente permitindo melhorar uma proposta que enferma ainda de muitas debilidades.

A Representação Parlamentar manifesta, no entanto, a sua estranheza face a alguns dos considerandos do proponente, considerando que os Grupos Parlamentares tiveram acesso à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º38/2008 desde Dezembro passado, e que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda teria a obrigação de estudar mais aprofundadamente o diploma, para evitar que surgisse agora a necessidade de protelar o processo legislativo normal.

O Deputado Regional do PCP, *Aníbal Pires*

—

1- Correspondência

Assunto: Envio de Moção

Proveniência: Câmara Municipal da Horta

Data de Entrada: 2009.02.16

Referência: 23.04/1/IX

2- Requerimentos:

Assunto: Apoios e Incentivos à frequência do Ensino Técnico-Profissional

Autores: Paulo Rosa (CDS-PP)

Data de Entrada: 09.02.17

Referência: 54.01.00 – N.º 56/IX;

Assunto: Situação actual da Antena 1 – Açores na Ilha Terceira

Autores: Artur Lima (CDS-PP)

Data de Entrada: 09.02.17

Referência: 54.01.03 – N.º 57/IX;

3- Resposta a Requerimentos:

Assunto: Preço diferenciado da água à lavoura na ilha do Faial

Autor: Jorge Costa Pereira, Luís Garcia (PSD)

Proveniência: Gabinete do Secretário Regional da Presidência

Data de Entrada: 09.02.17

Referência: 54.03.07 – N.º 21/IX

Assunto: Obras na Lombinha da Maia

Autor: António Pedro Costa (PSD)

Proveniência: Gabinete do Secretário Regional da Presidência

Data de Entrada: 09.02.17

Referência: 54.03.02 – N.º 23/IX

Assunto: Apoios complementares ao desporto

Autor: Clélio Meneses, António Ventura, Carla Bretão (PSD)

Proveniência: Gabinete do Secretário Regional da Presidência

Data de Entrada: 09.02.17

Referência: 54.03.00 – N.º 31/IX

REQUERIMENTO

Situação actual da Antena 1 – Açores na Ilha Terceira

Considerando que o Serviço Público de Rádio e Televisão nos Açores é um serviço de enorme relevância para a Região, dadas as suas características insulares e arquipelágicas;

Considerando que no Programa do X Governo Regional dos Açores é assumido como “imperioso encontrar soluções que assegurem o desenvolvimento e a manutenção desse Serviço Público”;

Considerando que, apesar da incumbência do Serviço Público de Rádio e Televisão ser específico nas Regiões Autónomas e obrigação indeclinável do Estado, o Governo Regional dos Açores tem sempre demonstrado abertura para trabalhar em articulação com a RTP, SA;

Considerando que o Governo Regional dos Açores, através do seu Programa de Governo, afirma existir “uma indefinição que caracterizou os últimos anos de funcionamento da RDP/RTP Açores, penalizando o serviço prestado aos açorianos e desaproveitando, em certa medida, o investimento e os recursos canalizados para a sua modernização e eficácia”;

Considerando que nos últimos anos a Delegação da Ilha Terceira da Antena 1 – Açores viu saírem vários dos seus profissionais do quadro, por motivos vários;

Considerando que a Ilha Terceira tem uma significativa actividade editorial na área da comunicação social (com dois jornais diários, uma revista semanal de grande informação, um jornal quinzenário e três estações de rádio sedeados localmente e com informação diária);

Considerando que a Ilha Terceira é um dos pólos principais de produção de informação nos Açores, se não mesmo o pólo principal, bastando para chegar a esta conclusão analisar o volume de informação produzida na ilha;

Considerando que na Ilha Terceira estão sediados importantes departamentos dos Órgãos de Governo Próprio da Região Autónoma e Órgãos de Soberania, nomeadamente o Representante da República da Portuguesa, várias Secretarias Regionais, duas Câmaras Municipais, a Diocese de Angra, um Pólo Universitário, além de outros institutos que são fontes constantes de produção de informação relevante para a Região;

Considerando que a Antena 1 – Açores já teve três jornalistas no seu quadro da Ilha Terceira, que, sem serem suficientes, garantiam um caudal informativo que poderia ser considerado como o serviço mínimo admissível no âmbito do serviço público, tendo também programação própria;

Considerando que, actualmente, a Ilha Terceira tem apenas um jornalista do quadro em efectividade de funções, apesar de ser a ilha onde é produzido o único programa de debate de grande informação no serviço público de rádio, e não tem programação própria garantida por funcionários da empresa, situação que degradou a prestação do serviço público de rádio;

Considerando a recente reunião entre o Presidente do Governo Regional dos Açores e o Presidente do Conselho de Administração da Rádio e Televisão de Portugal, S.A;

Ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis requero, com carácter de urgência, que o Governo Regional dos Açores me envie os seguintes esclarecimentos:

1 – Tem o Governo Regional conhecimento de que nos últimos anos houve pessoal de quadro da delegação da Ilha Terceira da Antena 1 – Açores que deixou vago o lugar temporária ou definitivamente? Em caso afirmativo, considera o Governo Regional relevante a questão da falta de substituição desse pessoal?

2 – Que diligências o Governo Regional encetou no sentido de averiguar porque razão ou razões nunca foram substituídos os funcionários de quadro que temporária ou definitivamente deixaram de prestar serviço na delegação da Ilha Terceira da Antena 1 – Açores?

3 – É para o Governo Regional importante que a Antena 1 – Açores emita programação própria a partir dos estúdios da ilha Terceira? Em caso afirmativo, que diligências encetou junto da Direcção do Centro Regional dos Açores da RTP, S.A. para que tal volte a acontecer e para quando está previsto este reinício?

4 – Considera o Governo Regional que mesmo com três jornalistas no quadro em efectividade de funções, e tendo como comparação os jornalistas existentes em Ponta Delgada e na Horta, que o serviço público de rádio, na área da informação, fica garantido na Ilha Terceira?

5 – Que entendimentos foram estabelecidos na reunião entre o Presidente do Governo Regional dos Açores e o Presidente do Conselho de Administração da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., ocorrida a 17 de Fevereiro de 2009, para solucionar alguns dos problemas estruturais que afectam a prestação do serviço público de rádio nos Açores? Foi estabelecido algum Protocolo entre as partes ou desta reunião resultou algum Memorando, Acordo ou Entendimento? Em caso afirmativo, cópia dos mesmos.

O Deputado Regional, *Artur Lima*

REQUERIMENTO

Apoios e Incentivos à frequência do Ensino Técnico-Profissional

Considerando que o Programa do X Governo Regional advoga os princípios da generalização e promoção do Ensino Técnico-Profissional no âmbito Regional;

Considerando que o Ensino Técnico-Profissional é, reconhecidamente, vocacionado para dotar os jovens Açorianos de um perfil de maior empregabilidade;

Considerando que nas Ilhas do Grupo Ocidental os jovens em idade escolar não dispõem de nenhuma modalidade de ensino que se enquadre nesse primado, o que configura um atropelo ao princípio da coesão regional;

Considerando que o Grupo Parlamentar do CDS-PP não prescinde de advogar a implementação desta modalidade de ensino em todas as ilhas da Região;

Considerando que, até à efectivação da implementação desta modalidade, há diversos jovens naturais da Ilha das Flores que se vêm na contingência de frequentar unidades que a ministram noutras ilhas da Região;

Considerando que esta realidade configura uma substancial desigualdade no âmbito económico para as famílias desses jovens relativamente à realidade do resto da Região;

Ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis requeiro, com carácter de urgência, que o Governo Regional dos Açores me envie os seguintes esclarecimentos:

1- Quais os mecanismos ao dispor dos jovens Florentinos (bolsas, alojamento, ou outros) para minorar o impacto financeiro adverso de terem que se deslocar para outra ilha a fim de frequentar esta modalidade de ensino?

2- Qual o montante dos apoios de carácter financeiro que o Governo Regional concede aos jovens que frequentam ou pretendem frequentar o Ensino Técnico-Profissional numa outra ilha, por não haver essa valência na sua ilha de origem?

3- Caso estes jovens não beneficiem de qualquer tipo de apoio neste momento, tenciona o Governo Regional ressarcir-los pela situação de discriminação em que se encontram no universo regional?

4- Sob que forma pretende o Governo Regional implementar o Ensino Técnico-Profissional nas Flores?

5- Quando prevê o Governo Regional efectivar a implementação dessa modalidade de ensino na Ilha das Flores?

O Deputado Regional, *Paulo Rosa*

ASSUNTO: REQUERIMENTO Nº 21/IX – “PREÇO DIFERENCIADO DA ÀGUA À LAVOURA NA ILHA DO FAIAL”

Encarrega-me S. Exa. o Secretário Regional da Presidência de enviar a resposta ao Requerimento nº 21/IX, subscrito pelos Senhores Deputados Jorge Costa Pereira e Luis Garcia, do PSD. O Governo Regional, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, informa o seguinte:

1. Dos fundamentos constantes do requerimento em apreço resulta a absurda contradição entre considerar que a Lagoa Artificial do Faial "ainda não está em pleno funcionamento" e, no mesmo passo, que, na recente actualização do tarifário aos agricultores ligados à rede de água, a Câmara Municipal da Horta "vai facturar a água a 0,65€/m³ e aos agricultores ligados na sua rede a 0,94€/m³".

Para além de tal contradição, certamente que os requerentes fazem por esquecer que o Sistema Integrado de Abastecimento de Água no Perímetro de Ordenamento Agrário Feteira / Castelo Branco na Ilha do Faial não comporta, apenas, a construção da Lagoa Artificial mas, também, um açude de captação; uma adutora com 4Kms de extensão a ligar o açude; uma lagoa artificial com capacidade para armazenar 100.000m³ de água; uma Estação de Tratamento para 500m³ de água/dia; dois reservatórios com capacidade para armazenar 1000m³ de água; uma adutora com 7Km de extensão a ligar os dois reservatórios; uma rede de tubagem distribuidora com 16km de extensão; 198 ramais de distribuição de água à parcela; quatro postos públicos de abastecimento de água e uma rede eléctrica de abastecimento de energia à Estação de Tratamento de Águas onde se incorpora um Posto de Transformação.

2. Como acontece em todas as ilhas e concelhos, os investimentos realizados pelo IROA em matéria de água têm sido articulados com as redes camarárias, sendo certo que a fixação de tarifários para o abastecimento, não só para a agricultura mas para todos os utentes, é da competência das Câmaras Municipais.

3. Como será, igualmente, do conhecimento dos senhores Deputados requerentes, em todas as freguesias do Faial existem postos de abastecimento para os agricultores, construídos pela Câmara Municipal e, em alguns casos, pelo IROA, nos quais a água é gratuita.

Os melhores cumprimentos.

ASSUNTO: REQUERIMENTO Nº 23/IX – “OBRAS NA LOMBINHA DA MAIA”

Encarrega-me S. Exa. o Secretário Regional da Presidência de enviar a resposta ao Requerimento nº 23/IX, subscrito pelo Senhor Deputado António Pedro Costa, do PSD. O Governo Regional, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, informa o seguinte:

1. Qualquer obra pública acarreta inevitavelmente incómodos para os utilizadores e moradores da zona onde ela se desenvolve, embora, quer no planeamento, quer na execução dos trabalhos, exista a preocupação de minorar esses constrangimentos.
2. A ponte da Ribeira dos Migueis já se encontra concluída há sensivelmente dois meses e muito recentemente ficou concluída a pavimentação do troço de estrada regional correspondente.
3. A obra em curso de pavimentação da estrada regional entre Barreiros e Fenais da Ajuda exclui o interior da Lombinha da Maia em virtude deste troço estar sujeito à colocação de novas infra-estruturas da Câmara Municipal da Ribeira Grande. O projecto elaborado pela Câmara Municipal para a colocação das infra-estruturas de saneamento básico, águas pluviais, rede de águas e pavimentação já foi aprovado pela Direcção Regional dos Equipamentos e Transportes Terrestres, estando estas entidades empenhadas na resolução do problema, com a maior brevidade possível. A obra de pavimentação no interior da Lombinha da Maia está incluída na proposta de plano 2009/2010.
4. A obra de reabilitação da Ponte da Faleira foi adjudicada em 10 de Dezembro de 2008, pelo valor de €83.966,00, acrescido do IVA à taxa legal em vigor, e com um prazo de execução de 2 meses. A forte pluviosidade que se tem verificado nos últimos tempos e o conseqüente aumento do caudal da ribeira estão a retardar a consignação da obra, a qual será efectuada logo que estejam reunidas as condições mínimas de segurança.

Os melhores cumprimentos.

O Chefe de Gabinete, *Hermenegildo Galante*

ASSUNTO: REQUERIMENTO Nº 31/IX – “APOIOS COMPLEMENTARES AO DESPORTO”

Encarrega-me S. Exa. o Secretário Regional da Presidência de enviar a resposta ao Requerimento nº 31/IX, subscrito pelos Senhores Deputados Clélio Meneses, António Ventura e Carla Bretão, do PSD. O Governo Regional, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, informa o seguinte:

1 - Os apoios complementares foram actualizados para a presente época desportiva passando, de 67,5€ para 70€.

No discurso escrito de Sua Excelência o Vice-Presidente do Governo Regional, lido durante a Gala do Desporto do ano de 2008, não existe nenhuma referência ou promessa de aumentar o número de dias dos apoios complementares a atribuir a clubes e associações para fazer face ao aumento de despesas com as deslocações inter-ilhas e ao Continente.

2 - O Governo Regional dos Açores não pode responder a esta questão uma vez que não existe nenhuma promessa relativa à questão colocada.

3 - Não existindo nenhum compromisso do Governo Regional dos Açores não podemos indicar os termos concretos que a questão levanta.

4 - No discurso de Sua Excelência o Vice-Presidente do Governo Regional, foi dito que o Governo iria propor o fim dos apoios no sistema de jornadas duplas (uma deslocação para dois jogos) para os clubes que participam nos níveis competitivos intermédios (2ª divisão) e inferior (3ª divisão) das competições nacionais, com excepção para a modalidade de futebol que sempre teve apoio para jornadas simples (uma deslocação por jogo). Esta proposta só é possível com a alteração do DLR

nº14/2005/A de 5 de Julho e à data da Gala do Desporto a proposta de alteração do diploma estava na SREC, razão pela qual foi anunciada esta intenção do Governo.

5 - As questões levantadas pelos Senhores Deputados revelam desconhecimento da legislação e do discurso, pois fazem confusão entre apoios complementares e apoios para as deslocações que permitam a realização de jornadas duplas ou simples.

6 - Esta situação (cumprimento de promessas feitas durante a Gala) já foi anteriormente colocada pelo Sr. Presidente da AFAH em carta dirigida a Sua Excelência o Vice-Presidente do Governo Regional, e que por mera coincidência (também) não esteve na Gala do Desporto de 2008 (nem em anteriores), tudo levando a crer que tenha informado mal os Senhores Deputados.

Os melhores cumprimentos.

O Chefe de Gabinete, *Hermenegildo Galante*

—

Pela redactora

Ágata Patrícia Biga de Almeida Vieira de Sousa